

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**PERCEÇÕES DE POLÍCIAS SOBRE A PROSTITUIÇÃO: UM ESTUDO  
EXPLORATÓRIO FEITO NO PORTO**

**Sofia Alexandra Marques Matias**

**Junho de 2014**

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Alexandra Maria da Silva Oliveira* (FPCEUP).

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**PERCEÇÕES DE POLÍCIAS SOBRE A PROSTITUIÇÃO: UM ESTUDO  
EXPLORATÓRIO FEITO NO PORTO**

**Sofia Alexandra Marques Matias**  
**Presidente:** Doutora Luísa Faria  
**Arguente:** Doutora Cristina Queirós  
**Orientador/a:** Doutora Alexandra Oliveira  
**Classificação:** 17 valores

**Sofia Alexandra Marques Matias**

**Junho de 2014**

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Alexandra Maria da Silva Oliveira* (FPCEUP).

## AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer à Professora Doutora Alexandra Oliveira, pela fantástica orientação, todo o tempo que dedicou para que este trabalho pudesse concretizar-se, e por tudo que me ensinou.

À minha mãe, que sempre me apoio e incentivou neste percurso, aturou o meu mau humor nos dias maus e sorriu comigo nos dias bons, esteve sempre ao meu lado e sem ela nunca teria conseguido chegar a este ponto.

Ao meu pai, que foi imprescindível para a realização deste trabalho, e me ajudou na conclusão deste que caminho, que termina aqui. Sem ele, esta oportunidade jamais teria sido possível.

Agradeço a todos os participantes neste estudo, pelo tempo e atenção despendidos, sem os quais nunca conseguiria terminar esta dissertação.

Joana, Ju, Mónica, Paulo e Vanessa, obrigado por serem os amigos fantásticos que são e por terem estado ao meu lado nestes anos todos, a vossa amizade acompanha-me em tudo que faço.

Bárbara, Madalena, Nani, Sara e Vanessa, agradeço toda a ajuda e os conselhos que me deram, as vossas ideias ajudaram-me muito.

BB obrigado por me ajudares a perceber muita coisa útil para este trabalho, ainda que a maioria das vezes o tenhas feito inconscientemente. Foste um elemento importante para chegar até aqui.

## Resumo

A polícia e a prostituição podem ser vistas como lados opostos do espectro social. A primeira tem o dever de proteger e servir os cidadãos contra o crime, enquanto a segunda é uma atividade amplamente discriminada e ostracizada que muitas vezes toca a fronteira criminal. Além disso, podemos, ainda, considerar nesta equação os altos níveis de violência contra as prostitutas, a má interpretação da lei e a necessidade de imparcialidade pelos polícias. Uma vez que os atores da prostituição, ou seja, as/os prostitutas/os e os seus clientes, são membros da sociedade que também precisam de proteção, parece pertinente explorar como os/as agentes os vêem e interagem com eles. Assim, realizou-se um estudo exploratório, no Porto, com o objetivo de compreender as percepções e atitudes de polícias, homens e mulheres, em relação à prostituição e aos seus atores.

Para alcançar este objetivo foi utilizado um questionário composto principalmente por questões abertas. A análise dos dados foi feita através de métodos qualitativos e quantitativos. O método qualitativo de escolha foi a análise de conteúdo.

A amostra é composta por 34 agentes da polícia no ativo (28 do sexo masculino e 6 do sexo feminino) que foram alcançados através de uma estratégia de *snowball*. A idade dos participantes situa-se entre os 30 e os 56 anos, sendo que trabalham como policiais há cerca de 21 anos, em média. A maioria dos participantes (65%) completou o ensino secundário obrigatório.

Os resultados mostram que 79% dos participantes conhecem a legislação portuguesa sobre a prostituição e defendem que esta actividade deveria ser legalizada. Cerca de metade da amostra (47%) confirma ter tido contato frequente com prostitutas durante o seu trabalho. A representação que eles têm das pessoas que praticam prostituição é ambivalente quando se trata das prostitutas e dos motivos que as levaram ao trabalho sexual, enquanto que os prostitutos são caracterizados negativamente. Quando questionados/as sobre os comportamentos dos policiais em relação a quem se prostitui, 35% admitem que estes nem sempre são os mais corretos e 26%, afirmam que estes são de indiferença.

As conclusões que tiramos sobre as atitudes e comportamentos do polícias relativamente à prostituição e às pessoas que se prostituem parecem indicar a necessidade de um maior aprofundamento destas questões em investigações posteriores.

## Abstract

Police and prostitution may be seen as opposite sides of a social spectrum. The first has the duty to protect and serve the citizens against crime, while the second is an activity largely discriminated and ostracized, which often borders the criminal frontier. Furthermore, we may also consider in this equation the high levels of violence against prostitutes, the misinterpretation of the law and the need for impartiality by the officers. Since the actors of prostitution, namely female and male prostitutes and their clients, are members of society who also need protection, it seems relevant to explore how policemen and women perceive and interact with them. Thus, we conducted an exploratory study in Porto whose aim was to understand the perceptions and attitudes of male and female police officers towards prostitution and its actors.

To achieve this objective we used an inquiry mainly composed of open ended questions. The data analysis was done through qualitative and quantitative methods. The qualitative method of choice was the content analysis.

The sample is composed of 34 active police officers (28 male and 6 female), who were reached through a snowball strategy. The ages of participants are between 30 and 56 years ( $M = 43$ ) and they work as police officers for 21 years in average. The majority of the participants (65%) completed the high school.

The findings show that 79% of the participants know the portuguese legislation on prostitution and defend that this activity should be legalized, however they propose certain conditions such as regulation, inspection and control. Approximately half of the sample (47%) confirms to contact frequently with prostitutes while working. The representation they have of people who engage in prostitution is mostly ambivalent, when it concerns to female prostitutes and the motives that took them to sexual work, whilst male prostitutes are more negatively characterized. When questioned about the behaviors they think police officers in general have toward prostitutes, 35% admit they are not the most correct, while 26% describe total indifference.

The conclusions we draw about the attitudes and behaviors of police officers about prostitution and sex workers seems to indicate the need for a deeper understanding of these issues in further investigations.

## Résumé

La police et la prostitution peuvent être considérées comme des côtés opposés. Le premier a le devoir de protéger et de servir les citoyens contre la criminalité, tandis que le second est une activité largement discriminée qui borde la frontière criminelle. En outre, nous pouvons considérer les niveaux élevés de violence contre les prostituées, la mauvaise interprétation de la loi et la nécessité de l'impartialité par les policiers. Dès que les acteurs de la prostitution, prostituées féminines et masculins et leurs clients, sont membres de la société et qui ont également besoin de protection, il semble pertinent d'explorer la façon dont les policiers perçoivent et interagissent avec les prostituées. Donc, nous avons désigné une étude exploratoire à Porto dont le but était de comprendre les perceptions et les attitudes des agents de police masculins et féminins respect de la prostitution et de ses acteurs.

Pour atteindre cet objectif, nous avons utilisé une enquête composée principalement de questions ouvertes. L'analyse des données a été faite par des méthodes qualitatives et quantitatives.

L'échantillon est composé de 34 officiers de la police en active (28 hommes et 6 femmes), qui ont été atteints grâce à une stratégie de boule de neige. L'âge des participants est entre 30 et 56 ans et ils travaillent comme agents de police pour 21 ans en moyenne. La majorité des participants (65%) a terminé l'école secondaire.

Les résultats montrent que 79% des participants connaissent la législation portugaise sur la prostitution et défendent ce qu'il devrait être légalisé. Environ la moitié de l'échantillon (47%) confirme contacter fréquemment avec des prostituées pendant le travail. La représentation qu'ils ont des personnes prostituées est ambivalente quand il s'agit des femmes et de leurs motifs, tandis que les hommes sont caractérisés de façon négative. Interrogés sur les attitudes des policiers général vers les prostituées, 35% admettent qu'ils ne sont pas les corrects, tandis que 26% décrivent ces attitudes comme d'indifférence.

Les conclusions que nous tirons sur les attitudes et les comportements de la police sur la prostitution et les personnes prostituées semblent indiquer la nécessité d'une meilleure compréhension de ces aspects dans des enquêtes futures.

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Enquadramento teórico.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. Teoria e conceitos.....</b>	<b>1</b>
<b>1.2. O estado da arte: prostituição e polícia.....</b>	<b>4</b>
1.2.1. A prostituição.....	5
1.2.1.1. Caraterísticas.....	5
1.2.1.2. Evolução Juridico-Legal da Prostituição em Portugal.....	8
1.2.2. A polícia.....	9
1.2.2.1. Caraterísticas.....	9
1.2.2.2. A sub-cultura policial.....	11
1.2.2.3. A personalidade policial.....	15
1.2.3. A polícia e a prostituição.....	16
<b>Metodologia de investigação.....</b>	<b>19</b>
<b>1. Objeto e objetivos.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2. O método.....</b>	<b>19</b>
1.2.1. O questionário.....	21
1.2.2. Os procedimentos e participantes.....	21
1.2.3. O tratamento e a análise dos dados.....	23
<b>Apresentação e Análise dos Resultados.....</b>	<b>24</b>
<b>Discussão e Conclusões.....</b>	<b>34</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>38</b>
<b>Anexo: Tabelas com categorias/sub-categorias e exemplos de respostas.....</b>	<b>43</b>



## ***Introdução***

Nos últimos anos, o fenómeno da prostituição tem sido alvo de várias investigações, para melhor se perceber as suas características (e.g. Oliveira, 2001 e Oliveira, 2008). Por outro lado, a polícia também tem recebido a atenção dos investigadores e dado origem a vários trabalhos (e.g. Kaiseler, Queirós, Passos & Sousa, 2014 e Queirós, Kaiseler & Silva, 2013). No entanto, poucas vezes estes dois temas se cruzaram e tendo em consideração que, para além dos clientes, um dos grupos que mais deve interagir com quem se prostitui é a polícia, por diversas razões, considera-se pertinente o estudo das interações destas duas populações, sob o ponto de vista dos/as polícias.

Este trabalho pretende, por isso, tentar colmatar um pouco a falta de informação em relação ao universo policial que ainda existe, sendo um estudo exploratório, sem hipóteses pré-definidas, pois o objetivo é perceber melhor a perceção que os/as polícias têm da prostituição e de quem se prostitui. Recorrer-se-à a uma metodologia mista, dando mais ênfase, porém, à base qualitativa, através dum questionário composto maioritariamente por questões abertas e usando a análise de conteúdo.

Assim, começar-se-à por explorar os temas em estudo e um pouco do que já foi estudado sobre ambos, em seguida, explicar-se-à o método usado na execução deste estudo, desde as metodologias qualitativa e quantitativa, ao questionário e passando pelos participantes e a forma como se chegou a até eles. Depois irá apresentar-se a análise dos dados obtidos e as conclusões retiradas desta investigação.

Antes de se prosseguir com o trabalho faz sentido explicar o que se entende por alguns constructos que vão ser mencionados para melhor se perceber o âmbito do trabalho.

## ***Enquadramento teórico***

### ***1.1. Teoria e conceitos***

A teoria do *interacionismo simbólico*, proposta por Blumer (1986 cit in Oliveira 2011), tem três premissas principais: a primeira refere que o comportamento humano está dependente do significado que as coisas têm para o indivíduo; a segunda defende que esse significado depende das interações sociais com essas coisas, a que chama produtos sociais; e por fim, a terceira premissa diz que esses significados são assimilados pelo indivíduo

através dum processo interpretativo quando este interage com as coisas com que se confronta. Evoca-se esta teoria, pois ela pode ajudar a apontar alguma luz para a complexidade de experiências relacionais entre polícias e prostitutas, tendo em conta os dois contextos de fundo que suportam os dois grupos: por um lado, tem-se os polícias, a imagem da ordem social e de civilidade e, num outro lado, considerado muitas vezes oposto, a representação de quem se prostitui, que é ostracizado pela sociedade e associada muitas vezes ao mundo criminal. Ora esta associação, frequentemente sem base empírica, uma vez que a prostituição não é crime, pode influenciar a forma como a sociedade, em geral, e os polícias, em particular, interagem com quem se dedica à prostituição.

Outro conceito que vai surgir ao longo deste trabalho é o de representações sociais. As representações sociais são sempre um produto da interação e comunicação, tomando a sua forma e configuração, a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social. Há uma relação subtil entre as representações e as influências comunicativas que Moscovici (2003) identifica quando define uma representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos do seu mundo e da sua história individual e social (pág. 18).

As representações são fabricadas pelos sujeitos como um esforço de tornar comum e real algo que é incomum ou não-familiar. É com recurso às representações que o indivíduo consegue superar problemas, integrando-os no seu mundo físico e mental que sofre por isso uma transformação. O que seria abstrato torna-se algo quase que normal, sob os olhos do sujeito (Neto, 1998).

Moscovici (2003) refere que para se transformar ideias, palavras ou outros estímulos não-familiares em algo familiar, o sujeito precisa de usar dois mecanismos específicos de

processamento do pensamento, tendo por base a memória e conclusões passadas - a ancoragem e a objectivação.

Através do primeiro procura-se reduzir o que não é familiar a ideias e imagens comuns, integrando-o num sistema já existente e familiar (Poeschl, 2003). Através da objectivação pretende-se transformar o abstrato em algo concreto, palpável, transferindo o que está na mente em algo já existente no mundo físico (Poeschl, 2003). Recorrendo a estes mecanismos, ainda que de forma inconsciente, pretende transformar-se o desconhecido em conhecido, compará-lo e interpretá-lo, e posteriormente, reproduzi-lo entre coisas que se podem ver, tocar e controlar (Moscovici, 2003).

Segundo Abric (2001), esta teoria propõe que não existe uma “realidade objetiva”, mas que esta é representada, ou seja, que toda a realidade é construída subjetivamente. Mas para que isso possa acontecer, o indivíduo ou grupo têm que ter a realidade apropriada para posteriormente a poder reconstruir no seu sistema cognitivo e de valores. Este autor defende que as representações pretendem ser uma visão funcional do mundo, dando sentido à conduta do sujeito ou grupo, permitindo compreender a realidade através do seu sistema de referências próprio e definindo o seu lugar no mundo social.

Pode falar-se na representação como uma organização de significados que dependem de fatores contingentes, da natureza, limitações da situação, do contexto imediato, da finalidade da situação, ou seja, fatores que vão para além da própria situação (Neto, 1998). Abric (2001) acrescenta que todo este processo modifica o lugar do sujeito na organização social a que pertence, na sua história individual e na do grupo, nas interações sociais e no sistema de valores por que este indivíduo se rege. Este autor explica as representações como um “guião de ação” que demonstra as funções de um sistema de interpretação da realidade e que comanda as relações entre sujeitos, num contexto social e físico, orientando relações e ações sociais.

Jodelet (1989 *cit in* Abric, 2001) refere as representações sociais como uma forma de conhecimento que é elaborado e partilhado socialmente com um objetivo prático e que pretende a construção de uma realidade comum a um conjunto social. É com base nesta ideia, que se acha relevante o constructo de representação social para este trabalho, pois a organização social que é a polícia segue um conjunto de normas, valores e regras bastante distintos que obrigatoriamente reconstroem as representações dos seus integrantes.

Outro conceito útil neste trabalho é o de atitude, sobre o qual é possível encontrar, na literatura científica, um grande número de definições, quase tão numeroso como os autores que trabalharam este constructo (Neto, 1998). Para Baron e Byrne (1984 *cit in* Maguire & Nolan, 2011), as atitudes são um conjunto relativamente duradouro de valores, sentimentos e comportamentos direcionados para uma pessoa, ideia, objeto ou grupo específicos. Baumeister e Bushman (2011) referem ainda que as atitudes são adaptativas e necessárias à vida humana, pois ajudam o indivíduo a ajustar-se a novas situações, ajudando a guiar o seu comportamento, separando muitas vezes as coisas em categorias do “bom” e do “mau”. Mas é preciso ter em conta uma característica importante das atitudes, a sua subjetividade, pois esta reflete a forma como o sujeito vê determinado objeto, mas não como esse objeto é na realidade (James, 1890 *cit in* Weiner, 2003).

As atitudes são também um elo de ligação entre indivíduos, grupos e organizações sociais, podendo cada sujeito ter centenas de atitudes, para cada um dos objetos significativos do seu contexto físico e social, que por conseguinte refletem a posição do sujeito na sociedade, sendo por isso influenciadas pelo género, raça, religião, educação e classe sócio-económica (DeLamater, 2000).

Mas como surgem as atitudes? Muitas são aprendidas em contacto directo com o objeto específico a que dizem respeito, mas a maioria é integrada através de interações com outras pessoas, através da socialização, seja pelos pais, educadores formais, meio religioso, pares ou mesmo organização de trabalho (Neto, 1998).

Como as atitudes influenciam a forma como os sujeitos reagem perante diferentes objetos são um constructo de interesse para este trabalho. As atitudes dos agentes da lei podem explicar a forma como integram com o mundo da prostituição. Assim, seria interessante tentar perceber se as atitudes são partilhadas por todos os polícias, como um ideal da organização que é implementado pela instituição, ou se se percebe a existência alguma liberdade individual.

## ***1.2. O estado da arte: prostituição e polícia***

A prostituição é, muitas vezes, referida como a mais antiga profissão no mundo e há alguns antropólogos que demonstram que, mesmo em sociedades mais primitivas, consegue identificar-se uma figura, normalmente uma mulher, que vive à margem da

sociedade e se dedica à troca de sexo por algo (Ditmore, 2006). Ditmore (2006) verificou que a ideia estigmatizante e desviante sobre a prostituição é algo recente na história da humanidade e que se foi implementando como consequência das mudanças que foram ocorrendo nas sociedades e nas suas atitudes. Roberts (1996 *cit in* Oliveira, 2004a) usa o exemplo das sacerdotizas, das sociedades matriarcais do Médio Oriente, para sustentar este facto, uma vez que era normal estas oferecerem ritos sexuais, em troca de oferendas para os templos. A prostituição não era, então, nessa época, vista como algo negativo, mas sim como uma forma de ligação entre a sexualidade e a religião, através de um sacrifício religioso (Vieira, 1892 *cit in* Oliveira, 2004b).

Com a ascensão do Cristianismo e do Islamismo (Oliveira, 2004b), os homens começaram a ter um poder proprietário sobre as esposas, controlando tudo o que a esta dissesse respeito. Estabeleceu-se ainda o ideal de “pureza” sexual, o que levou a uma maior divisão entre a esposa legítima e a mulher que se dedicava a práticas prostitutivas, associadas ao pecado, resultando numa consequente estigmatização das últimas (Roberts, 1996 *cit in* Silva, 2007).

Apesar da repressão, a prostituição continuou a existir até aos dias de hoje, sofrendo, no entanto, alterações na sua definição, muito ligadas com os diferentes contextos legais em que se pratica, com as diferenças culturais e com a diversidade das práticas (Ditmore, 2006). Isto pode também ser explicado pela historicidade das normas sexuais, que demonstram que as concepções de sexualidade resultam de uma construção social, daí as mudanças na forma de olhar a prostituição e de a definir (Silva, 2007).

### ***1.2.1. A prostituição***

#### ***1.2.1.1. Características***

Tendo em conta a diversidade de definições de prostituição, optou-se pela que se considerou mais completa. Assim, Oliveira (2004a) define-a como “o desempenho de relações sexuais (genitais, orais, anais ou masturbatórias), entre outras atividades com conotação sexual, com uma pessoa ou mais por motivos não sexuais, geralmente económicos” (p. 89).

O termo “trabalho sexual” surgiu na segunda metade do século XX por sugestão dos movimentos de reivindicação dos direitos das mulheres prostitutas, sendo proposto o seu

uso como substituto da palavra “prostituição”, como forma de transmitir o caráter profissional da atividade e reduzir a estigmatização (Ditmore, 2006)<sup>1</sup>. Este é um termo mais abrangente que engloba não só a prostituição, mas todas as outras atividades em que alguém pratica atos com conotação sexual ou erótica para quem os compra, incluindo o *striptease*, as linhas eróticas, *call girls*, alternadeiras ou os filmes pornográficos (Oliveira, 2011a).

Alguns autores (Oliveira, 2008; Weitzer, 2010), ao estudarem a prostituição, propõem que se faça a divisão entre prostituição de rua e prostituição de interior. No entanto, segundo Weitzer (2010) a divisão entre as diferentes áreas do trabalho sexual não é estática para os seus profissionais, uma vez que é comum eles praticarem diferentes tipos de serviços ao mesmo tempo e/ou ao longo da carreira.

De acordo com Oliveira (2004a), a prostituição de rua refere-se àquela cuja angariação/solicitação de clientes se faz na rua. Esta autora estudou a prostituição de rua na cidade do Porto e verificou que não havia uma zona específica de prostituição, mas que as prostitutas estavam distribuídas por diferentes espaços. Oliveira (2004a) verificou que no centro da cidade, a prática prostitutiva ocorre principalmente em zonas que se desertificam à noite. Mas também acontece durante o dia, com o auxílio de pensões onde as prostitutas alugam quartos para exercerem a atividade, havendo uma coexistência da prostituição com outros negócios circundantes. Junto a bairros sociais periféricos, a autora concluiu que a prostituição estava muitas vezes associada à toxicodependência, era praticada normalmente em veículos e o sexo oral, a prática mais comum, sendo os preços, por norma, abaixo dos aplicados noutros locais. Oliveira (2001) refere, ainda, a existência de prostitutas na periferia da cidade, concentradas nas vias de acesso a esta, mas também em zonas de mato. Weitzer (2010) e Oliveira (2011b) referem a violência como um factor de risco neste tipo de prostituição. Em contacto com a população que se prostitui, ambos os autores conheceram diversas histórias de vitimação, tendo como perpetradores os clientes, os proxenetas ou, até, a própria polícia. Weitzer (2010) e Oliveira (2011b), explicam que a violência é bem mais preponderante no caso da prostituição de rua, quando comparada com a prostituição de interior.

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho, far-se-á uso tanto do termo “trabalho sexual”, pois este é desestigmatizante, mas também do termo “prostituição”, uma vez que este é o mais comum.

A prostituição de interior é definida como aquela em que os/as trabalhadores/as do sexo não solicitam na rua e exercem a atividade em bares, apartamentos ou moradias (Oliveira, 2004c). Associadas à prostituição de interior estão outras atividades de cariz sexual, como é o caso do *striptease*, o *alterne*, as massagens, os filmes pornográficos e as *call girls* (Weitzer, 2010).

O *striptease* diz respeito à performance dum espetáculo, em que os intervenientes despem as roupas e dançam para a audiência, sendo que o podem fazer em diferentes estados de nudez (Ditmore, 2006). Pode haver, ou não, contato físico com o cliente, através do que é commumente designado de *lap dances*, em que a mulher dança literalmente no colo do cliente (Oliveira, 2004a). Este tipo de trabalho é legal na maior parte do mundo, sendo relativamente aceite pela sociedade.

As linhas eróticas são talvez dos trabalhos sexuais mais impessoais, uma vez que não há contato físico direto entre os intervenientes e, por norma, as operadoras destas linhas criam uma *persona*, nome e aparência falsos, para satisfazer as fantasias e requisitos dos clientes mas também como forma de se protegerem (Guidroz & Rich, 2010).

Já na indústria pornográfica não há contacto sexual com o cliente, mas os atores estabelecem relações sexuais entre si, de forma a produzir o material filmatográfico (Abbott, 2010). Na atualidade este tipo de trabalho, ao contrários doutras actividades de cariz sexual, chega a ser algo *glamourizado*, através dos designados Óscares da pornografia, os Prémios AVN<sup>2</sup>, que pretendem distinguir os diferentes intervenientes desta indústria.

Em relação à distinção entre a *alternadeira*, a *call girl* e a prostituta: a primeira, por definição, fornece um serviço emocional, pois o mais comum é passar algum tempo com um cliente no bar a conversar enquanto este compra bebidas para ambos, das quais esta mais tarde recebe uma comissão; a *call girl* para além de um serviço de companhia do cliente, indo a jantares e outras funções formais, fornece também serviços sexuais em troca de recompensas, normalmente monetárias; a prostitua presta apenas serviços sexuais, podendo estes ser de vários tipos e que em contexto de interior ocorre em apartamentos ou moradias (Oliveira, 2004a).

---

<sup>2</sup> *Adult Video News* retirado de <http://avnawards.avn.com/about> a 25 junho de 2013

É, então, possível que a prostituição seja praticada em diferentes contextos, sendo o contexto da rua o mais visível. Contudo, autores como Oliveira (2011a) ou Weitzer (2010) afirmam que apenas uma minoria das trocas sexuais por dinheiro se faz na rua, o contexto de interior, seja em apartamentos, bordéis ou casas de massagens, é aquele em que mais se pratica o trabalho sexual.

#### ***1.2.1.2. Evolução Jurídico-Legal da Prostituição em Portugal***

Em Portugal pode falar-se em quatro períodos legislativos distintos, no que concerne à prostituição (Oliveira, 2004b).

O primeiro, pré-regulamentarista, refere-se a um período em que as trocas sexuais por dinheiro eram toleradas. Os monarcas e a Igreja estavam hesitantes entre a moral e os bons costumes e as suas necessidades sexuais ilegítimas, existindo uma série de regras a seguir, da qual se destaca o Código Administrativo de 1836. Este código mediava o controlo policial das prostitutas, embora não proibindo a atividade, não permitia a sua permanência em certos locais, como praças públicas e igrejas, permitindo na visão dos legisladores a manutenção da moral (Oliveira, 2004b).

Oliveira (2004b) fala dum novo período a partir de 1853, com a criação do *Regulamento Sanitário das Meretrizes do Porto*, o regulamentarismo. Regulamentos semelhantes surgiram noutras cidades e o seu objetivo principal era a obrigatoriedade de matrícula e o porte de um livrete individual de registo de inspeções periódicas. Neste período, era a função dos polícias demarcar os cidadãos “bons” dos “maus”, impondo normas higiénicas às prostitutas devidamente inscritas e eliminando aquelas que permaneciam do anonimato (Silva, 2007).

No final do século XIX começa a ascender por toda a Europa um movimento de abolição da prostituição, mas em Portugal, só em 1962 tem efeito real na lei com o decreto n.º 44 576 de 19 de setembro que proíbe a prostituição e também o proxenetismo. Esta interdição não veio melhorar as condições sanitárias nem morais da população, contribuiu sim para piorar a vida das mulheres que se dedicavam a esta atividade, uma vez que estavam mais desprotegidas e eram mais vitimizadas (Oliveira, 2004b).

A legislação atual em Portugal é resultante da despenalização da prostituição que entrou em vigor em 1983, com o decreto de lei n.º 400/82. O Código Penal tipifica como crime o lenocínio no art. 169º, com o intuito de evitar o fomento, favorecimento ou



facilitação da prostituição. Apesar deste crime estar consignado na lei, a participação de atores que lucram com o trabalho exercido pelas prostitutas ainda existe, mas, muitas vezes, este tipo de relações são de conveniência para a prostituta. Por vezes, quem se prostitui partilha os seus lucros com alguém em troca de proteção, sendo esta figura muitas vezes identificada como o proxeneta; no entanto há situações em que o proxeneta, usando de vários meios de coação, principalmente a força física, explora a pessoa que se prostitui, sem qualquer benefício para esta, que apenas não denuncia por medo; há ainda situações em que a prostituta estabelece uma relação e o companheiro ganha com a prostituição, uma vez que vive do lucro da actividade. Todas estas nuances complexificam a administração da lei, uma vez que nem sempre há situações óbvias de exploração e quando as há estão ocultadas pelo medo e mostram que apesar da criminalização do lenocínio este continua a perpetuar-se (Oliveira, 2004a).

De acordo com Silva (2007), a descriminalização da prostituição não representa uma igualdade de tratamento das prostitutas em relação aos outros trabalhadores, pois apesar de já não ser considerada crime a prostituição não é ainda legal, não sendo tida em conta como profissão o que se reflete numa desigualdade de direitos para os trabalhadores sexuais. Esta autora acrescenta que apesar das mudanças na lei as atitudes moralistas e o controlo social e policial continuam a existir, ainda que de forma subtil. As transformações a nível legislativo não foram suficientes para alterar a visão que a sociedade tem destes atores, continuando a descriminá-los e a tentar ocultar a sua existência, confinando-os à marginalidade, perseguindo e reprimindo-os quando confrontados com esta atividade.

### ***1.2.2. A polícia***

#### ***1.2.2.1. Características***

O termo polícia deriva da palavra grega *politeia*, chegou à língua portuguesa através do latim *politia* e um dos seus significados está relacionado com a organização da cidade (Lagarre, 2006). Em Portugal, o termo ganhou popularidade no século XVIII, com a implementação da Intendência-Geral de Polícia<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Retirado de <http://www.psp.pt/Pages/apsp/historia.aspx?menu=1&submenu=4> a 25 de Junho de 2013

Atualmente, a polícia é definida como uma força de segurança, armada e uniformizada, que tem como missão garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei (Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto)<sup>4</sup>. Segundo a Classificação Nacional de Profissões, a polícia deve manter a segurança e a ordem públicas, proteger pessoas e bens contra riscos e actos delituosos e proceder à captura dos infratores da lei.

A lei é, em si, uma representação dos sentimentos morais duma dada sociedade e a polícia é o instrumento escolhido para garantir a expressão e manutenção dessa moral (Harrison, 1999 *cit in* Williamson, Baker, Jenkins & Cluse-Tolar, 2007).

Para enveredar numa carreira nesta força de segurança, os indivíduos têm que cumprir uma série de pré-requisitos e integrar uma das suas escolas de formação: a Escola Prática de Polícia, que forma agentes ou o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna que forma oficiais com um grau de Mestre. Enquanto que no primeiro caso, a formação tem a duração de um ano letivo, sendo os agentes distribuídos em seguida ao serviço pelas esquadras do país, no segundo, relativo à formação superior, esta tem uma duração de cinco anos.

Finda esta formação, os agentes estão prontos para cumprir os deveres representativos da sua actividade, sendo que um deles é muitas vezes o controlo social, o que leva a polícia a tornar-se num grupo estigmatizado (Loftus, 2010; Van Maanen, 1972), pois nem sempre os cidadãos concordam com o que os/as agentes da lei lhes impõem. Enquanto estes estão apenas a cumprir a sua função de intermediários entre a lei e o seu cumprimento, acabando por ser recetores das frustrações do cidadão comum com a legislação. Mas, também, porque muitas das vezes a forma de exercerem esse controlo social se faz através da coerção (violenta ou não) ou da repressão. O sentimento de segregação que daqui resulta, leva esta força policial a ser extremamente sensível e defensiva para com a crítica social, criando fronteiras entre si o resto da sociedade, como forma de proteção do escrutínio a que estão sujeitos, o que resulta numa dificuldade em a usar como objeto de estudo (Lefkowitz, 1975 *cit in* Baker, 2007).

---

<sup>4</sup> Lei n.º 53/2007, in: *Diário da República* I série-A, n.º 168, de 31 de Agosto.

#### ***1.2.2.2. A sub-cultura policial***

Antes de se falar em sub-cultura policial, convém referir o que é uma sub-cultura. A cultura é um elaborado e complexo sistema de significados e comportamentos que definem a forma de vida de um grupo ou sociedade. A cultura é aprendida, tida como certa, simbólica e emerge sobre várias formas de sociedade para sociedade (Anderson & Taylor, 2011). Dentro deste universo gigante a que chamamos culturas, existem, às vezes, pequenos grupos com características específicas que os distinguem da cultura dominante. Estes, normalmente, partilham algumas coisas com a cultura principal, mas têm valores, normas, símbolos ou linguagem distintos, classificando-os, então, como pertencentes a uma sub-cultura. Acredita-se que é possível identificar diferentes sub-culturas com base em aspectos físicos dos sujeitos, etnia, religião, local de residência, idade, género, estatuto sócio-económico, forma de vestir ou através de comportamentos que a sociedade identifica como dominantes (Ferrante, 2011).

No caso específico da sub-cultura policial, ela surge após vários estudos no âmbito do policiamento demonstrarem um paralelismo entre as características de uma sub-cultura e esta força de segurança (Bitner, 1979; Brown, 1981, Sparrow, Moore & Kennedy, 1990 *cit in* Dempsey & Frost, 2008).

Os polícias partilham uma combinação de normas, valores, objetivos, estilos de vida, que são distintas das do resto da população, assim como experienciam um espírito de coesão grupal, secretismo e isolamento perante aqueles que não pertencem ao grupo (Dempsey & Frost, 2008; Herbert, 1998; Page, 2007; Woody, 2005). Segundo Skolnick (1996 *cit in* Loftus, 2010), o conservadorismo policial é uma resposta compreensível tendo em conta a natureza única do trabalho de policiamento. Nos Estados Unidos da América existe mesmo uma expressão que tenta representar o secretismo das forças policiais, *The Blue Wall of Silence*, que é também um símbolo da fraternidade entre agentes da lei, assim como da mutualidade de proteção que há entre eles (Dempsey & Frost, 2008; Woody, 2005).

A partir do momento em que os indivíduos iniciam a sua formação para se tornarem agentes das forças de segurança, para além das táticas necessárias para executar o trabalho policial (*e.g.* treino de armas, técnicas investigativas), começam também a assimilar as normas, valores e interesses do grupo, sendo socializados e tornando-se membros integrantes deste (Page, 2007; Trojanowicz, 1971).

Apesar das diferenças individuais entre os integrantes desta sub-cultura, uma vez parte dela, e como consequência da socialização, as suas respostas passam a ser mais homogêneas, tendo por base as normas e valores do grupo (Van Maanen & Schein, 1979 *cit in* Britz, 1997; Paoline, 2003 *cit in* Dempsey & Frost, 2008). Skolnick (1966) e Brown (1988 ambos citados por Britz, 1997) verificaram que, apesar da variabilidade na personalidade dos indivíduos que integravam as forças de segurança, estes adoptavam as normas e os valores da organização com rapidez, seguindo as suas regras e forma de agir, o que leva a que se possa falar em homogeneidade de resposta. É preciso, no entanto, ter em consideração que estas conclusões surgiram numa altura em que a educação necessária para uma carreira de agente era baixa e antes da integração das mulheres e de minorias sociais.

Uma das normas que é ensinada à polícia é a necessidade duma postura agressiva e dura por parte do agente da autoridade, o que conduz muitas vezes a comportamentos violentos e a não conformidade com este tipo de respostas pode levar o polícia a ser ostracizado pelo resto do grupo (Lorber & Farrell, 1991; Lord, 1986 *cit in* Britz, 1997; Loftus, 2010). Mas isto não significa que se possa falar de uma cultura homogênea, uma vez que é possível encontrar diferenças nos indivíduos conforme a unidade, o tipo de trabalho, ou mesmo o turno a que pertencem (Paoline, 2003 *cit in* Dempsey & Frost, 2008; Manning, 1978 *cit in* Loftus, 2010; Paoline, 2004). No entanto, segundo Loftus (2010) e Bradley, Walker e Wilkie (1986 *cit in* Page, 2007), as diferenças que se podem identificar dentro do mundo policial perdem a sua significância quando se olha para os valores e práticas diárias que são partilhados por todos os polícias. Apesar destas variâncias, quando os agentes da lei se vêem perante situações em que há um conflito entre a sua cultura e a sub-cultura policial, é esperado que estes sigam o compromisso para com a polícia, mesmo pondo em causa a sua vida e os seus valores pessoais (Woody, 2005). Loftus (2010) acrescenta, além disso, a persistência da sub-cultura policial ao longo do tempo, pois, quando se olha para os primeiros estudos no âmbito da cultura policial, há mais de meio século podem verificam-se muitas das características desta sub-cultura ainda identificáveis na atualidade.

O trabalho de policiamento é uma das actividades mais perigosas. Em Portugal, só em 2012, estimava-se que cerca de 100 agentes tenham sido agredidos por mês<sup>5</sup>, o que sustenta a perigosidade desta profissão, suportando a necessidade das suas características autoritárias. Os polícias têm, por isso, que manter um aspecto físico e emocional fortes, mesmo perante tragédias, recorrendo muitas vezes ao uso da força coerciva para esse fim (Kappeler *et al.*, 1994; Skolnick, 1966 *cit in* Herbert, 1998). Esta perigosidade e o estereótipo do polícia “invencível” levam a uma aceitação de certos valores por parte dos polícias como forma de dar resposta às situações rotineiras do seu trabalho, nomeadamente o uso de força física (Brown & Campbell, 1994 *cit in* Page, 2007; Woody, 2005).

“Pela Ordem e pela Pátria” é um lema pelo qual os polícias portugueses se regem, o que leva a pensar na importância das forças de segurança para a sociedade, uma vez que são estas que garantem que os comportamentos criminais não interferem de forma significativa com o modo de vida civilizado de uma sociedade (Woody, 2005). Woody (2005) explica, ainda, que é esta sociedade que define e redefine o papel e funções da polícia e que é segundo as necessidades manifestadas por esta que os agentes são chamados a intervir, mesmo em situações em que a lei não está em causa<sup>6</sup>.

A discordância entre o que está inscrito na lei e a intervenção que a sociedade espera das forças de segurança, pode levar à fricção entre a polícia e o público, que também pode ter origem no facto dos polícias considerarem os cidadãos um problema, olhando-os com desconfiança e suspeita, uma potencial ameaça, fazendo uma distinção entre “nós” e “eles” (Gould, 2000; Kappeler *et al.*, 1994; Niederhoffer, 1967; Skolnick, 1966; *cit in* Herbert, 1998; Loftus, 2010; Paoline, 2004; Thomas, 2011; Woody, 2005).

As ações dos agentes das forças de segurança estão dependentes da lei, lei essa que permite o uso da força coerciva de uma forma que os cidadãos exteriores a este grupo não têm direito a usar, sendo a legislação usada como justificação para muito dos comportamentos tidos pelos polícias, ao mesmo tempo que restringe o raio de atuação e as

---

<sup>5</sup> Retirado de <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=650062&tm=8&layout=122&visual=61> a 26 junho 2013

<sup>6</sup> Veja-se o caso que aconteceu em Viseu, em Abril de 2013, quando a população denunciou a existência de trabalhadores do sexo numa urbanização no centro da cidade, esperando que a polícia tomasse providências para que esta situação cessasse. Tal estava fora do alcance da polícia, uma vez que os indivíduos em causa não estavam a praticar qualquer ilegalidade. No entanto, isto não impediu que os habitantes chamassem a polícia diversas vezes, esperando ações por parte desta no sentido da “manutenção da sua vida civilizada”.

táticas que podem efetivamente ser usadas (Bittner, 1967; Black, 1980; Mastrofski, Worden & Snipes, 1995 *cit in* Herbert, 1998).

A lei tem um papel fundamental no trabalho policial, no entanto, esta, por vezes, é ambígua e existem situações em que se torna difícil aplicá-la. Quando estão no terreno, os polícias têm muitas vezes que tomar decisões rapidamente e têm o poder de usar a discricção que entenderem para resolver os problemas com que se confrontam (Banton, 1964; Bittner, 1967 *cit in* Herbert, 1998).

Uma vez dentro do mundo policial este passa a ser o seu mundo, o que implica uma grande pressão no indivíduo, pois há uma diferença entre as expectativas e o que o trabalho policial é na realidade. Como resultado o agente tem que desenvolver estratégias de *coping* que passam muitas vezes pela anulação da sua forma de pensar para seguir os processos segundo as normas grupais (Loftus, 2010; Van Maanen, 1972; Woody, 2005). Uma dessas expectativas é a ideia de combater o crime diariamente, uma imagem erroneamente passada pelos *media*, sendo que a maioria do trabalho dum polícia corresponde a manter a ordem, aos serviços a favor da comunidade e a questões burocráticas, o que não é visto como verdadeiro trabalho policial, daí os sentimentos de frustração e a necessidade dos indivíduos lidarem com eles (Loftus, 2010; Kelling & Kliesmet, 1996; Sparrow *et al.*, 1990; Van Maanen, 1974 *cit in* Paoline, 2004; Van Maanen, 1972).

Uma das características mais visíveis das forças policiais é o seu universo masculino. Apesar das mudanças que se deram nos últimos anos, a hegemonia masculina e a subserviência feminina continuam a ser visíveis (Kennedy & Homant, 1981; Lorber & Farrell, 1991; West & Zimmerman, 1991 *cit in* Britz, 1997; Manning & Van Maanen, 1978 *cit in* Giacomassi & Sparger, 1991; Loftus, 2010; Fielding, 1994 *cit in* Page, 2007). Evidência disto são os estudos que mostraram que a sub-cultura policial e mesmo os agentes em particular têm uma atitude rígida sobre os papéis dos homens e das mulheres na sociedade, sugerindo a presença de discriminação de género sexual (Heldensohn, 1992 *cit in* Herbert, 1998; Page, 2007).

As mulheres são vistas como fracas e sem as capacidades necessárias para lidar com situações violentas, no entanto, são mais do que capazes para tratar de situações envolvendo delinquentes juvenis, vítimas de violação ou tarefas de controlo de trânsito (Vega & Silverman, 1982 *cit in* Britz, 1997).

É importante perceber que o polícia não é apenas uma extensão da lei, mas um indivíduo que tenta estabelecer um equilíbrio entre as exigências enquanto faz cumprir a lei, são agentes de controlo social, mas também são seres individuais, cujos sentimentos e características próprios podem influenciar a forma como conduzem o seu trabalho (Giacopassi & Sparger, 1991).

#### ***1.2.2.3. A personalidade<sup>7</sup> policial***

The day the new recruit walks through the doors of the police academy, he leaves society behind to enter a profession that does more than give him a job, it defines who he is. For all the years he remains, closed into the sphere of its rituals. . . he will be a cop. (Ahem, 1972, p. 3 *cit in* Van Maanen, 1972).

Sustentados em estudos empíricos, vários autores defendem que a personalidade dos indivíduos sofre mudanças depois destes integrarem a polícia (Balch, 1972; Bayley & Mendelsohn, 1969; Tiff, 1974 *cit in* Dempsey & Frost, 2008; Gould, 2000). Gould (2000) afirma que é possível verificar diferenças na personalidade a partir do momento em que os sujeitos entram para a academia e começam a sua formação como futuros polícias. Van Maanen (1972) argumenta que estas mudanças não terminam no momento em que os agentes saem da escola de polícia mas que eles adoptam os sentimentos e os comportamentos dos polícias mais velhos para evitarem ser censurados ou ostracizados pelos superiores e colegas.

Os traços que tipicamente são apontados como característicos da personalidade policial são o desejo de controlar as situações, a atitude autoritária, a assertividade, o cinismo, a solidariedade, o isolamento e a agressividade física (Berg & Budnick, 1986 *cit in* Gould & Volbrecht, 1999). Gould (2000) afirma ainda que depois de entrarem no ambiente de policiamento, os polícias têm tendência a mostrar-se mais cínicos, mais paranóicos, mais deprimidos e zangados e mais dominantes e hostis, traços que se vão exacerbando com o passar do tempo na carreira de agente.

Carpenter e Raza (1987 *cit in* Gould 2000) perceberam no seu trabalho que uma diferença de cinco anos na entrada para a polícia pode representar uma diferença nas

---

<sup>7</sup> O constructo de personalidade é algo complexo e com várias teorias e explicações que não serão exploradas neste trabalho. O uso deste termo deve-se à sua presença na literatura. Contudo os próprios autores não explicitam a orientação teórica de base que os levou a escolhê-lo, sendo usado num sentido geral.

experiências iniciais dos agentes, o que demonstra que apesar da estabilidade desta organização, pequenas mudanças podem ser verificadas através de diferentes pormenores, nomeadamente a entrada de agentes com níveis de educação diferente.

A introdução das mulheres no contexto de policiamento veio introduzir uma série de mudanças na conduta desta força, mudanças que até hoje são pouco visíveis, na medida em que estas continuam a ser discriminadas e consideradas incapazes do trabalho policial. O que é sustentado pela cultura patriarcal e cimentado pela educação familiar e formal, pelos *media*, entre outras influências (Alves, 1997 *cit in* Cappelle & Melo, 2010; Jones, 1986 *cit in* Carlan & Mullan, 2009).

Houve alguns progressos neste campo, mas continua a ser difícil a incorporação de mulheres em profissões como o trabalho policial. As características que a própria sociedade instila nas mulheres durante o seu processo de socialização é uma dessas dificuldades, pois cria a imagem de um ser frágil e maternal direcionado para o trabalho doméstico e não para o uso da força e agressividade, características tidas como fundamentais para os agentes da lei (Gould & Volbrecht, 1999).

O desenvolvimento da personalidade é um processo dinâmico que difere entre os homens e as mulheres, uma vez que o género é algo construído socialmente desde uma idade muito precoce. É, então, natural verificar-se diferenças entre mulheres e homens da força policial na forma como vêm o mundo e constroem as suas experiências (Burr, 1998; Gould, 2000; West & Zimmerman, 1987 *cit in* Rabe-Hemp, 2009).

Estudos que tentaram perceber esta diferença de personalidade, tendo em conta o género, chegaram à conclusão de que o ambiente de policiamento tem menos influência na personalidade feminina do que na masculina, o que se pode dever também à maior dificuldade no processo de socialização por parte das mulheres (Gould & Volbrecht, 1999).

Há autores que contrariam esta ideia da existência de uma personalidade policial, afirmando que os agentes provêm de contextos diferentes. Mas se isto é realmente verdade, como se explica as similaridades na forma de pensar e no comportamento dos polícias? (Reiser, 1972 *cit in* Thomas, 2011).

### ***1.2.3. A polícia e a prostituição***

As investigações que têm sido efetuadas relativamente à interação polícia-prostituta verificam a existência de desigualdades entre estes dois grupos, sendo que o primeiro tira



muitas vezes partido da sua posição de poder para subjugar o segundo (Williamson *et al.*, 2007). De acordo com alguns estudos (Almodovar, 2010; Nixon, Tutty, Downe, Gorkoff & Ursel, 2002; Pauw & Brener, 2003; Williamson *et al.*, 2007), os agentes de polícia, usando da sua autoridade, extorquiam favores sexuais ou, muitas vezes, dinheiro em troca da liberdade de quem se dedicava à prostituição, recorrendo à violência ao interagir com esta população. Os estudos que apresentam mais situações de violência na relação entre as forças de segurança e as prostitutas são aqueles feitos em países que criminalizam esta atividade, mas a sua despenalização ou legalização não implicam uma cessação destes comportamentos, como se verifica por investigações feitas em países com este tipo de parâmetros legais (Nixon *et al.*, 2002; Weitzer, 2009; Oliveira, 2011b).

Os atores que se dedicam à prostituição são muitas vezes alvo de violações ou de brutalidade policial, sendo que, mesmo quando estas violações são perpetradas por alguém fora das forças de segurança a vítima raramente reporta. Isto acontece pois quem se prostitui tem um estigma interiorizado de que outros não acreditarão que possa ter sido vítima de violação, tendo em conta a atividade que exerce. Mas, também, por provavelmente já ter tido necessidade de se socorrer da polícia e estes recusaram ajuda ou ainda as/os trataram com escárnio (Williamson *et al.* 2007). A credibilidade destas pessoas está, pois, gravemente afetada, sendo as suas queixas desvalorizadas quando as tentam realizar (Silva, 2007).

No caso de Portugal, onde a prostituição foi despenalizada, Oliveira (2011b), ao interagir e estudar quem se prostituía, verificou também a existência de episódios de vitimação perpetrados por agentes da lei e, apesar de ainda existir violência, as prostitutas admitem que a situação tem evoluído num sentido positivo ao longo dos últimos anos, havendo, agora, menos violência.

Contudo, nem todas as interações polícia-prostitua são negativas. Há estudos que referem situações de polícias que tentam ajudar as pessoas que se encontram na prostituição. Dão conselhos, muitas vezes de dissuasão, mas também de comportamentos mais seguros, fornecem bens alimentícios ou mesmo preservativos, e que tratam as queixas de quem se dedica à prostituição como as de qualquer outro cidadão (Williamson *et al.*, 2007).

De acordo com os resultados de alguns estudos, podemos afirmar que existe uma ambiguidade de sentimentos em relação às pessoas que se prostituem por parte dos

polícias. Os agentes de polícia sentem pena destes atores, pois consideram que não têm outra opção senão recorrer àquela atividade (Baker, 2007; Maguire & Nolan, 2011), considerando até que, muitas vezes, elas são obrigadas por outrem a fazê-lo (Giacopassi & Sparger, 1991).

A investigação de Silva (2007) refere também que alguns polícias portugueses fazem uma distinção entre prostituição “genuína” e “teatral”. A primeira seria referente àquela que é praticada quando há necessidade, enquanto que a segunda se refere às mulheres que se dedicam a vender serviços sexuais para conseguirem meios de obtenção de substâncias ilícitas ou meios outros meios considerados fúteis. A preocupação principal da polícia é a sociedade “de bem”, sendo que a prostituição de rua não é vista como um problema, desde que se mantenha longe destas pessoas “bem comportadas” ou idealmente que se confine a espaços de interior (Silva, 2007; Sanders, 2004).

## ***Metodologia de investigação***

### ***1. Objeto e objetivos***

Em Portugal, as investigações sobre o universo policial têm ainda muitos aspetos a explorar. Tendo em conta algumas das características desta população, tais como o conservadorismo e o secretismo, talvez se consiga compreender em parte, o porquê da inexistência de muitos estudos. Contudo, têm existido esforços no sentido de contrariar esta tendência, o que se pode verificar através de trabalhos recentes como os de Kaiseler, *et al.* (2014), Queirós, *et al.* (2013), Amorim (2012), Silva (2012) ou Carvalho (2010), citando apenas alguns exemplos. Mas há ainda muito a fazer no sentido de se compreender melhor a polícia portuguesa.

A presente investigação consiste, então, num estudo exploratório sobre a perceção que os polícias da PSP têm sobre a prostituição e quem se prostitui.

Este estudo tem duas grandes questões de investigação:

- 1 - Conhecer as representações que os polícias têm sobre a prostituição e os seus diferentes atores;
- 2 - Perceber quais as atitudes e os comportamentos que estes indivíduos têm, enquanto agentes da lei, relativamente a quem se prostitui.

### ***1.2. O método***

Inicialmente, este trabalho pretendia seguir uma metodologia qualitativa, porém, no desenrolar do estudo percebeu-se que seria útil adotar uma metodologia mista. Realça-se, contudo, que segundo Barker, Pistrang e Elliott, (2002) os métodos qualitativos são úteis para estudos exploratórios, como o presente, porque permitem uma abordagem mais flexível, não constringindo a recolha de dados a hipóteses previamente estabelecidas e dão, também, mais liberdade aos participantes para se expressarem sem estarem restringidos por opções previamente definidas pelo investigador. Silverman (2000) e Strauss (1998) defendem ainda que este tipo de metodologia permite obter muitas informações sobre um fenómeno, como sentimentos, emoções ou funcionamento do pensamento, que não é possível perceber com recurso a metodologias quantitativas.

Assim, muitas vezes em contraposição a metodologias qualitativas, surgem estudos que seguem uma lógica puramente quantitativa em que o objetivo é quantificar dados, sem considerar pequenas variações que podem ser interessantes para o estudo (Silverman, 2000). Este tipo de investigações podem produzir resultados úteis, que são facilmente reproduzidos noutros estudos, devido à natureza restritiva de procedimentos, no entanto, segundo Silverman (2000), a análise que é feita aos resultados (números) pode ser facilmente alterada para conveniência do investigador. Na literatura (Strauss, 1998; Silverman, 2000; Barker, Pistrang & Elliott, 2002), este método é ainda descrito como sendo mais objetivo, pelos defensores do seu uso. Contudo, Weber (1964 *cit in* Silverman, 2000) afirma que todas as investigações são de alguma forma contaminadas pelos valores do investigador e que é através destes valores que certos problemas são identificados e estudados.

É com base nestes argumentos, na maioria das vezes antagónicos, que vários autores (Barker, Pistrang & Elliott, 2002; Thomas, 2003) defendem a combinação das duas metodologias, qualitativa e quantitativa, para enriquecer o trabalho. King, Keohane & Verba (1992 *cit in* Thomas, 2003) explicam que estudos mais completos frequentemente agrupam características de ambas as metodologias e que nenhum dos métodos é superior ao outro, nem a vertente quantitativa é mais científica do que a qualitativa, tornando-se útil combinar as duas componentes, em vez de encará-las como mutuamente exclusivas.

Corbin e Strauss (1990 *cit in* Thomas, 2003), acrescentam, contudo, que apesar de ambos os princípios, qualitativo e quantitativo, poderem ser usados em conjunto, os investigadores dão sempre maior ênfase a um, em prol do outro, seja porque o consideram mais eficaz, porque estão mais treinados no seu uso ou simplesmente porque se adequa melhor ao estudo em questão.

Por tudo isto, admite-se que o uso combinado de ambas as metodologias é o mais adequado para o presente estudo, dando-se, porém, maior destaque às técnicas qualitativas, não só, como atrás referido, pela natureza exploratória desta investigação, mas também porque muitas das questões propostas não são de fácil quantificação, referindo-se a experiências individuais dos sujeitos, que são igualmente estudados com um detalhe mais aprofundado (Barker, Pistrang & Elliott, 2002).

### ***1.2.1. O questionário***

A escolha do questionário como forma de obtenção de dados teve por base as características da população, mas também do tema. Tal como anteriormente referido, a polícia é um grupo fechado que dificilmente revela os seus procedimentos ao exterior, por receio de juízos por parte da sociedade, mas também como forma de proteção dos seus membros, que estão sujeitos a um grande escrutínio. A acrescentar a isto temos o tema da prostituição, atividade que é socialmente reprovada e, frequentemente, tabu. Estamos, assim, perante duas características que dificultam a investigação. Considerando, ainda, contactos informais com alguns membros do grupo das forças policiais, que afirmaram a relutância que os agentes teriam em responder a este tipo de questões pessoalmente, optou-se pelo recurso ao questionário pois ele permite a sua entrega e posterior devolução, sem haver necessidade de contacto directo com o investigador.

Começou-se por construir um questionário composto por 14 questões de resposta aberta, com as devidas linhas de resposta, que se distribuíam ao longo de 6 páginas, com um cabeçalho de caracterização demográfica e uma folha de rosto com instruções de preenchimento e informações sobre o estudo. Este foi, depois, entregue a três elementos da Polícia de Segurança Pública como pré-teste, o que permitiu testar esta primeira versão.

Tendo em conta as críticas apontadas, tais como o elevado número de questões e a dúvida e a relutância em responderem a algumas das questões colocadas, reformulou-se o questionário de forma a corrigir estes aspetos.

O questionário final compõe-se por uma folha de rosto, contendo informações sobre o presente estudo e uma breve explicação de preenchimento; cinco questões relativas aos dados sócio-demográficos - sexo, idade, escolaridade, anos de serviço e concelho de trabalho e doze questões divididas em duas grandes áreas: uma sobre as representações sociais e outra sobre as atitudes dos polícias sobre a prostituição e os seus diferentes atores. Entre as perguntas estão doze de resposta aberta, quatro de resposta fechada e uma de resposta semi-aberta.

### ***1.2.2. Os procedimentos e participantes***

Através da análise prévia da literatura e do contacto informal com polícias, sabia-se que não seria fácil aceder à população, devido à sua relutância em expor pormenores dos seus procedimentos, mas também em serem alvo de avaliações e escrutínio. Para além

disso, o tema da prostituição é ainda visto como tabu. Tendo em consideração estas noções achou-se útil recorrer a elementos da polícia que ajudassem, como intermediários, a chegar a outros indivíduos do grupo. Esta forma de amostragem é formalmente conhecida como *snowballing* (Fernandes & Carvalho, 2000; Barker, Pistrang & Elliott, 2002; Maroco, 2007).

O *snowball* é uma técnica de amostragem em cadeia, em que através de um elemento dum grupo se consegue chegar a vários, que posteriormente apontam ao investigador outros sujeitos que possam interessar para o estudo (Barker, Pistrang & Elliott, 2002). Este processo é descrito como não-probabilístico, pois a probabilidade dum elemento pertencer à amostra não é igual para os restantes elementos, o que pode fazer com que a amostra final não seja representativa da população em estudo (Maroco, 2007).

Apesar desta condicionante, muitos autores recorrem a esta técnica para chegarem a populações mais difíceis, devido a constrangimentos de tempo para completar a investigação ou mesmo porque de outra forma não conseguiriam alcançar o seu objetivo (Fernandes, 2000).

No caso deste estudo, tal como já foi mencionado, recorreu-se a elementos da população (agentes da Polícia de Segurança Pública do Porto), que entregaram os questionários a alguns colegas, que os deviam devolver nos respectivos envelopes devidamente fechados e preenchidos se aceitassem participar na investigação. Assim, pretendia-se obter uma maior participação dos elementos, que obtinham o questionário de alguém do próprio grupo, esperando que isso suscitasse menos desconfiança e uma maior taxa de participação. Os elementos eram instruídos a não dar explicações, para não influenciar os/as participantes, apenas a pedirem o preenchimento, uma vez que o próprio questionário continha as instruções e informações que se achou necessárias.

Assim, foram distribuídos, no total, 40 questionários, dos quais apenas 35 foram devolvidos, sendo que 1 estava em branco, obtendo-se, por isso, 34 questionários válidos. Destes, 28 foram respondidos por polícias do sexo masculino, enquanto que os restantes 6 por elementos policiais do sexo feminino.

Ao analisar-se as características sociodemográficas verificou-se que a idade dos/as participantes estava compreendida entre os 30 e 56 anos ( $M = 44$ ,  $DP = 8.47$ ), sendo que a maioria (65%) completou o ensino obrigatório (12º ano) e 15% possuem educação ao nível do ensino superior. Relativamente ao concelho de trabalho, 59% referiu o Porto, 29% Vila

Nova de Gaia e os restantes ou não responderam ( $n = 2$ ) ou referiram outro concelho ( $n = 2$ ). Quanto aos anos de serviço, estes tinham como valor mínimo os 8 anos e máximo os 33 ( $M = 21$ ,  $DP = 7.81$ ).

Apesar do número de elementos do sexo feminino inquiridos parecer reduzido ( $n = 6$ ), equivalendo a 18% do total, este valor está próximo do número total de mulheres nos quadros da polícia que, segundo o Balanço Social da Polícia de Segurança Pública de 2012<sup>8</sup>, era de 9.9% do efectivo.

A recolha dos dados realizou-se entre Dezembro de 2013 e Fevereiro de 2014.

### ***1.2.3. O tratamento e a análise dos dados***

Para analisar as respostas obtidas, recorreu-se principalmente à análise de conteúdo, pois considerou-se que esta seria a melhor técnica para apreender a forma como os/as inquiridos/as vêem os seus mundos sociais (Berg, 2001), usando ainda a estatística descritiva para algumas das respostas.

Começou-se, então, por transcrever todas as respostas obtidas, fazendo uma leitura flutuante do seu conteúdo, o que permitiu uma familiarização com o material. Leituras posteriores permitiram efetuar uma divisão das respostas, nuns casos, em segmentos de resposta, noutros, em categorias ou subcategorias de temas. Este procedimento é identificado por Bardin (2011) como “codificação” e, tal como a autora indica, nem todas as palavras das respostas precisam de ser analisadas, e por isso na análise de algumas respostas teve-se em consideração a resposta como um todo, enquanto que noutras as categorias foram construídas dividindo as respostas em segmentos chave. Esta categorização foi feita através dum processo que a autora designa como misto, uma vez que a maioria das categorias foi sendo construída e reconstruída ao longo da análise, enquanto que em alguns casos havia categorias previamente identificadas de acordo com a experiência do investigador. Deste procedimento resultou, então, um conjunto de quadros de categorias (cf. Anexo com tabelas contendo as categorias/sub categorias e exemplos de respostas) que ajudaram a organizar, analisar e interpretar os dados.

---

<sup>8</sup> Balanço Social da Polícia de Segurança Pública de 2012 retirado de <http://www.psp.pt/Documentos/%20Varios/Balanço%20Social%20da%20PSP%202012.pdf> a 4 de junho de 2014.

## ***Apresentação e Análise dos Resultados***

### **Imagens sobre a prostituição**

A primeira pergunta do questionário tentava perceber que imagens os/as polícias associam à prostituição, tendo-lhes sido pedido que indicassem qual a primeira ideia que lhes surgia quando se fala nesse tema. A esta questão obteve-se uma variabilidade grande de imagens que os/as polícias relacionam com o tópico.

Uma das evidências obtidas é a clara preponderância de respostas que relacionam a prostituição com o dinheiro ( $n = 14$ ) e a venda do corpo ( $n = 11$ ). Apesar de na análise se terem dividido em duas categorias diferentes, estas duas ideias surgiam na maioria das vezes associadas, como se pode perceber pela seguinte: “Pessoas que vendem o corpo, para obter dinheiro fácil” (Q9, homem, 44 anos), sendo que aqui aparece ainda a noção de “dinheiro fácil” que alguns dos/as inquiridos/as ( $n = 4$ ) referiram.

Pôde ainda constatar-se que nas respostas em que os/as participantes explicitavam o género das pessoas envolvidas com a prostituição associavam a atividade prostitutiva às mulheres ( $n = 9$ ), usando as palavras “prostitutas” e/ou “mulheres”.

Para além disto, um outro dado que surge é a justificação do recurso à prática da prostituição como forma de sustento, seja próprio, de familiares ou mesmo de vícios ( $n = 5$ ).

Outra informação que surge nas respostas é a associação entre prostituição e a ilegalidade ou a exploração, ou seja, algumas das respostas ( $n = 3$ ) ligam a prostituição ao mundo criminal. Pôde, ainda, verificar-se que vários/as participantes ( $n = 7$ ) associam o trabalho sexual a imagens negativas gerais como degradação, vulgaridade ou miséria. Outros/as inquiridos/as falam em trabalho e profissão, colocando-se numa posição oposta à dos primeiros.

Para além da associação da prostituição com estas características, alguns inquiridos também fazem referência ao tema sexo ( $n = 6$ ). Apenas seis participantes em 34 terem mencionado a questão sexual diretamente não é um número muito elevado tendo em conta que a prostituição está associada a uma actividade de cariz sexual.



### **Conhecimento e opinião sobre a lei**

Uma vez que a população em estudo são os polícias, achou-se relevante perceber se estes, como representantes da lei, conheciam a legislação em vigor relativa à prostituição. A maioria dos/as inquiridos/as (79%) respondeu que a prostituição não é crime, mas que a sua exploração é, enquanto que 15% indicou que tanto a prostituição como a sua exploração são crime. Assim, grande parte dos polícias da nossa amostra tem um conhecimento correto sobre a legislação relativa à prostituição, enquanto que uma pequena parte a considera crime, apesar desta ter sido despenalizada em 1983.

Questionou-se, também, os/as participantes sobre qual achavam que devia ser o estatuto legal da prostituição, independentemente da sua situação actual. Face a esta pergunta a maioria dos inquiridos (82%) defendeu que esta atividade devia ser legalizada, fundamentando esta escolha com vários motivos, nomeadamente nos benefícios para as prostitutas mas também para a própria sociedade ao nível da saúde pública. O tema da saúde é mesmo o mais comum no que respeita aos motivos para legalizar a atividade, seja relativamente às/aos prostitutas/os ou à saúde pública, sendo expressa alguma preocupação mesmo em relação a quem se prostitui pela proposta de acesso dos/as trabalhadores/as do sexo ao Serviço Nacional de Saúde.

A juntar a esta razão, aqueles que referiram que a prostituição deveria ser legalizada mencionaram, também, que isso traria benefícios ao nível da segurança das/os prostitutas/os (n = 9) - “a situação que se vive agora é uma hipocrisia e que deixa as pessoas que se dedicam a esta prática mais desprotegidas” (Q16, homem, 44 anos).

Outras respostas defendem a legalização da prostituição como forma de acabar com a exploração (n = 5), como evidenciado nos seguintes exemplos “Era mais fácil terminar com o tráfico humano” (Q24, homem, 40 anos), “A necessidade de conceder ao seus “profissionais” condições de segurança, de higiene por forma a evitar igualmente a sua exploração enquanto actividade” (Q31, homem, 36 anos). Para além destes, há ainda os que aludem à aceitação da prostituição como profissão, pois usam argumentos relacionados com direitos laborais/civis (n = 3), tais como “condições sociais como qualquer outra profissão” (Q11, homem, 47 anos) e “descontos para a Segurança Social (...) para no futuro poderem ter uma reforma” (Q30, homem, 43 anos). E vários dos inquiridos (n = 7) referiram, também, os benefícios que poderiam advir para o Estado com a sua legalização através de “contribuições e impostos” (Q21, homem, 35 anos).

Por fim, outra ideia que os/as participantes (n = 5) transmitem é a de necessidade de controlo das pessoas envolvidas na atividade prostitutiva, que surge com frequência no discurso das forças policiais, e é aqui associada à existência de espaços próprios e devidamente identificados para se praticar a actividade mediante o cumprimento de regras como explica um inquirido “Se houver casas próprias para a atividade, as autoridades conseguem controlar melhor as pessoas que estão envolvidas” (Q9, homem, 44 anos).

Em oposição àqueles que defendem a legalização da prostituição estão os que propõem a sua proibição, que foram apenas 6 dos/as inquiridos/as. Estes referem que a actividade é em si um risco para a sociedade -“comporta riscos transversais para a sociedade, doenças fatais sexualmente transmissíveis” (Q13, homem, 36 anos) - e associam-na a características negativas (n = 4) como “Degradante; desumana” (Q20, homem, 42 anos). Um dos/as inquiridos/as vai mesmo mais longe ao afirmar que a prostituição é em si uma forma de exploração: “não deixa de ser exploração é imoral, ninguém devia pagar para ter relações sexuais” (Q2, mulher, 43 anos), justificando, assim, a sua resposta.

### **Os diferentes atores da Prostituição**

O questionário continha, ainda, três questões que remetiam para a opinião dos polícias sobre as mulheres e os homens que se prostituem e sobre os clientes da prostituição. As respostas dos participantes às duas primeiras questões remetem essencialmente para os motivos que levam os homens e as mulheres a prostituírem-se, tendo-se dividido as respostas em três categorias: aqueles que desculpabilizam/compreendem quem se prostitui; os que culpabilizam; e os que são ambivalentes, apontando razões a favor e contra a prática prostitutiva.

Os/as participantes que demonstraram uma opinião desculpabilizante/compreensiva de quem se prostitui referiam, na sua maioria, que as/os prostitutas/os eram alguém que se dedicava a esta actividade por necessidade (n = 16 em relação às prostitutas e n = 8 em relação aos prostitutos), como evidenciado pelo seguinte exemplo: “Muitas delas fazem-no por necessidade, logo têm de ser encaradas como uma pessoa que tem um trabalho (ilegal)” (Q34, homem, 36 anos). Mas verificou-se que existem mais respostas a desculpabilizar as mulheres que se dedicam à prostituição (n = 11) do que os/as que desculpabilizam os homens que exercem esta atividade (n = 7). Relativamente aos/às

inquiridos/as que culpabilizam quem se prostitui, o motivo mais referido é o facilitismo associado à obtenção de dinheiro - “é dinheiro ganho fácil” (Q29, homem, 47 anos). Mas também atribuem características negativas aos trabalhadores sexuais, como um participante que responde “Falta de estruturas mentais (Psi) fortes; desestruturadas face a questões morais sociais e familiares” (Q20, homem, 42 anos). Nesta categoria de análise, culpabilização de quem se prostitui, verifica-se novamente uma diferença entre o número de respondentes que culpabilizam os homens ( $n = 14$ ) e aqueles que culpabilizam as mulheres ( $n = 8$ ) por se dedicarem à prostituição.

Para além destas duas categorias, foi possível identificar uma outra, em que os indivíduos tanto citavam motivos que culpabilizavam/condenavam moralmente quem se prostitui como indicavam, motivos desculpabilizantes, considerando-se, assim, que estavam numa posição ambivalente relativamente a estes atores do trabalho sexual. Um exemplo de tal é a seguinte resposta: “Há quem se prostitua apenas por necessidade mas há também quem seja escravizada e obrigada a essa prática. Mas há também quem o faça sem qualquer pudor e que juntam muito dinheiro” (Q22, homem, 51 anos). Neste grupo de respostas “ambivalente”, nota-se novamente uma diferença no número de participantes que toma uma posição ambivalente em relação às mulheres que se prostituem ( $n = 12$ ), que é quase o dobro, daqueles que tomam a mesma posição em relação aos homens que se dedicam à prostituição ( $n = 7$ ).

Ao examinar as respostas dos/as participantes é possível perceber, ainda, que a prostituição masculina é mais vezes associada a questões sexuais ( $n = 5$ ) - “Os homens por si só, dedicam mais tempo ao sexo” (Q4, mulher, 34 anos); “pela prática do acto sexual com mulheres” (Q26, homem, 51 anos); “mais por luxúrias, prazer” (Q30, homem, 43 anos) e dois dos inquiridos referem especificamente a homossexualidade - “tendências homossexuais” (Q26, homem, 51 anos), enquanto que a prostituição feminina é mais relacionada com questões de carência financeira ( $n = 16$ ) tal como as citações seguintes exemplificam: “quem se prostitui é porque tem dificuldades económicas” (Q8, homem, 53 anos); “mulheres na sua maioria de fracas condições económicas” (Q9, homem, 44 anos). De salientar que um dos/as participantes mencionou não ter conhecimento de homens na prostituição (Q9, homem, 44 anos), enquanto outro se questionava se tal não seria uma doença (Q10, homem, 48 anos).

É preciso, no entanto, referir que um grande número de inquiridos/as (n = 14) respondeu a esta questão sobre a prostituição masculina remetendo a sua opinião para a resposta anterior, isto é, dizendo apenas que era a mesma que tinham em relação à prostituição feminina. Mas é preciso ressaltar que a ordem destas duas questões pode ter gerado um efeito de desejabilidade que poderá ter originado respostas menos espontâneas e mais consentâneas com o que tinham respondido na pergunta anterior.

Relativamente à opinião dos/as polícias em relação aos clientes da prostituição, esta remete para os motivos que levam estes a recorrer a estes serviços, sendo o mais referido (n = 20) a normalização do comportamento da pessoa, citando alguns exemplos: “busca de simples prazer” (Q22, homem, 51 anos); “procuram sexo e atenção” (Q24, homem, 40 anos); “São pessoas que por alguma razão pretendem um serviço prestado por outrem, como as massagens ou cabeleireiros” (Q31, homem, 36 anos);

Alguns dos/as participantes, referem, no entanto, características que atribuem aos clientes das/os prostitutas/os (n = 8) dando respostas como as seguintes: “Desajustados e incapazes de relacionamentos saudáveis” (Q1, mulher, 48 anos); “Desprezáveis e sem qualquer valor moral” (Q2, mulher, 43 anos); “«porcos»” (Q6, mulher, 44 anos); “Não têm personalidade” (Q32, homem, 46 anos); “São pessoas descompensadas” (Q11, homem, 47 anos); “São pessoas desprezíveis” (Q17, homem, 30 anos), todas com um conteúdo fortemente negativo. Há inquiridos/as que atribuem, ainda, a existência da prostituição aos seus clientes “Que se eles não existissem haveria menos” (Q5, mulher, 52 anos).

Nas respostas a esta questão, e ao contrário das duas anteriores, existem participantes que tomam uma posição neutra ou não fazem julgamentos (n = 6), em relação aos clientes do trabalho sexual, tal como ilustrado nos exemplos seguintes: “Cada um é livre para fazer o que quer” (Q4, mulher, 34 anos), “Acima de tudo é uma opção de cada um” (Q19, homem, 40 anos). Havendo até alguns que equiparam a prostituição a uma troca comercial comum (n = 3) “Uma pessoa vende outra compra (bens ou serviços)” (Q33, homem, 37 anos).

### **Contacto dos polícias com quem se prostitui**

Os/as participantes foram questionados sobre se alguma vez, em serviço, tinham contactado com alguém que se prostituía, pedindo-lhes que descrevessem o/os episódio/os

e, perguntando em seguida, se este tipo de contactos seria frequente e, caso fosse, que relatassem o tipo de situações que o/os originavam.

Relativamente à primeira questão, o número de respostas obtido foi reduzido, pois apesar de apenas um inquirido não responder efectivamente, e seis referirem que não tinham tido contacto com quem se prostituía, dos restantes, apenas catorze dos/as inquiridos/as responderam realmente ao que era perguntado. Nestas respostas, a situação de contacto mais vezes relatada (n = 6) estava relacionada com o serviço de patrulhamento/ operações STOP, veja-se a seguinte citação: “Na abordagem com toxicodependentes a maioria também eram prostitutas” (Q3, mulher, 49 anos) e, tal como no exemplo, vários agentes (n = 5) faziam referência ao consumo de drogas como estando ligado à ocorrência em que interagiram com prostitutas/os. O outro motivo mais citado para terem contactado com trabalhadores/as do sexo foram a existência de crimes, sejam perpetrados pelas/os prostitutas/os (n = 1) - “Uma em que a prostituta foi com um cliente para uma pensão e a meio fugiu com 100€” (Q4, mulher, 34 anos) -, seja contra as/os prostitutas/os (n = 3) - “Ameaças dos clientes e brutalidade e casos de proxenetismo de forma violenta” (Q22, homem, 51 anos), ou respostas em que o/a inquirido/a não especificou quem era o/a perpetrador e quem era a vítima (n = 1) como: “questões relacionadas com violência (doméstica ou não)” (Q20, homem, 42 anos).

Situações como a identificação e condução de prostitutas/os à esquadra (n = 1) e a colaboração das prostitutas com a polícia (n = 1) foram referidas por diferentes polícias. Havendo, ainda, um polícia que relatou um contacto originado por uma queixa de moradores - “reclamação dos moradores de uma determinada zona, por esta prática ocorrer à porta de suas casa” (Q16, homem, 44 anos).

Em relação à frequência do contacto com quem se prostituía, aproximadamente metade dos/as participantes (47%, n = 16) afirma que o contacto é frequente, sendo que as razões mais citadas para este facto foram a associação das/os prostitutas/os a violações da lei (n = 6) como ilustram s exemplos: “prostitutas ligadas ao consumo ou tráfico de droga” (Q23, homem, 44 anos) e “se encontram no nosso País ilegais e que se prostituem” (Q10, homem, 48 anos). Mas também referem episódios em que são os/as trabalhadores/as do sexo as vítimas (n = 3): “são agredidas e roubadas por “clientes”, ou em que são vítimas de violência doméstica ou de tráfico humano” (Q20, homem, 42 anos), “tráfico humano” (Q24, homem, 40 anos). Porém, tal como na questão anterior, há

participantes que fazem referência a situações criminais, mas não identificam perpetrador e vítima (n = 3), veja-se os seguintes exemplos: “agressões, violência doméstica” (Q17, homem, 30 anos), “ocorrências de distúrbios, agressões” (Q7, homem, 40 anos). Um participante menciona que estes contactos acontecem pois as/os prostitutas/os são testemunhas de alguma ocorrência - “Situações relacionadas com ocorrências na rua que foram presenciadas por elas” (Q19, homem, 40 anos). Além disto, alguns polícias responderam que o contacto com quem se prostituía foi originado, igualmente, por situações não criminais (n = 6) como as seguintes citações exemplificam: “Como agente de PSP, identifica-las para ter um ficheiro” (Q29, homem, 47 anos); “controle de licenças de utilização para espaços de diversão noturna” (Q24, homem, 40 anos); “reclamações” (Q16, homem, 44 anos); “Operações STOP, basicamente” (Q9, homem, 44 anos), e embora algumas delas possam resultar em sanções, a sua origem não tem por base um crime.

Outra das questões colocadas aos/às participantes dizia respeito aos sentimentos e emoções sentidos no contacto com quem se prostituía. Esta pergunta era de tipo semi-aberta, com possibilidade de se assinalar mais do que uma resposta e ainda, acrescentar alguma que não estivesse listada.

O sentimento mais vezes assinalado pelos/as polícias foi a *pena* (n = 19), seguido pela *tristeza* (n = 10), a *indiferença* (n = 8), a *compaixão* (n = 7) e a *surpresa* (n = 7). Para além destes, os/as agentes referiram ter sentido *angústia* (n = 4), *nojo* (n = 3), *interesse* (n = 3), *vergonha* (n = 2) e *raiva* (n = 2), nas situações em que interagiram com prostitutas/os. Alguns dos/as participantes acrescentaram, além destes, que tinham experimentado “«nojo» no sentido higiene” (Q7, homem, 40 anos), “nada de especial” (Q19, homem, 40 anos), “compreensão” (Q20, homem, 42 anos) e “incapacidade de resolver estas situações” (Q22, homem, 51 anos). Dos sentimentos/emoções presentes, quatro, não foram assinalados por nenhum dos/as inquiridos/as: *desprezo*, *medo*, *atração* e *culpa*.

### **As atitudes dos/as polícias em relação a quem se prostitui.**

As duas últimas perguntas do questionário dizem respeito às atitudes dos/as polícias em relação a quem se prostitui. A primeira pedia aos/às participantes que descrevessem as atitudes dos agentes da polícia em relação às/aos prostitutas/os, enquanto que a segunda questiona os/as inquiridos/as sobre a opinião que estes acreditam que os/as trabalhadores/as do sexo têm das forças de segurança.

As respostas sobre as atitudes dos/as polícias dividem-se em quatro temas distintos: aqueles/as que referem que as forças da lei são imparciais; os/as que descrevem uma posição de indiferença; aqueles/as que relatam formas de agir positivas; e os/as que admitem que por vezes os/as polícias têm uma postura negativa em relação a quem se prostitui, sendo este último o tipo de resposta que predomina (n = 14).

Em relação aos/às agentes que referem atitudes imparciais (n = 10), estes/as indicam que consideram que o comportamento dos/as agentes relativamente às pessoas que se prostituem é igual ao que têm com outros cidadãos. Veja-se os exemplos: “Pelo que a actuação dos agentes policiais se reserva a uma actuação profissional” (Q14, homem, 56 anos), “Acho que no geral, actualmente, os polícias lidam com estas pessoas como lidam com os outros cidadãos” (Q21, homem, 35 anos). Já aqueles cujas respostas se encaixam no segundo tema (n = 9), referem directamente a indiferença no posicionamento dos/as polícias, como ilustra o exemplo: “De uma maneira geral penso que a atitude dos polícias em relação às pessoas que se prostituem é indiferença” (Q10, homem, 48 anos). Quanto aos/às participantes que falam em atitudes positivas (n = 7), mencionam um comportamento de interajuda entre os/as agentes e quem se prostitui - “Dum modo geral acho que compreendidas e bem toleradas, às vezes até uma ajuda no âmbito do serviço policial” (Q22, homem, 51 anos). Relativamente às atitudes negativas, que foram, como anteriormente referido, as mais citadas, os/as inquiridos/as sugerem que nem sempre os/as polícias tomam as melhores decisões ao interagir com quem se dedica à prostituição, tal como é ilustrados pelas seguintes afirmações: “Adotam uma atitude de gozo. Embora, na aparência, reprovem a vida que a prostituta tem” (Q13, homem, 36 anos), “Por vezes verifica-se uma atitude discriminatória na prostituição de rua” (Q25, homem, 44 anos), “a polícia ainda continua a discriminar um pouco, a reprimir as pessoas que se prostituem” (Q30, homem, 43 anos). É de salientar, que novamente nesta seção, surge a associação do comportamento/opinião do/a polícia ao motivo que levou a/o prostituta/a àquela atividade, veja-se a citação: “Depende da razão porque se prostituem, existem aqueles que se prostituem por motivos de necessidade de sustento familiar, que justifica e merecem a compreensão e existem aqueles que por motivos injustificáveis, como por ex: sustento de vícios e gastos fúteis, não merecem qualquer interesse” (Q2, mulher, 43 anos).

No que diz respeito à opinião que os/as polícias pensam que quem se prostitui tem das forças de segurança, as respostas dos/as participantes podem ser agrupadas em três

grupos: os/as que relatam que os/as trabalhadores/as do sexo têm uma visão negativa da polícia; os/as que falam numa opinião positiva dos/as agentes da lei; e, ainda, aqueles/as que acham que a opinião das/os prostitutas/os não é nem positiva nem negativa. Os /as inquiridos/as que referem uma opinião negativa (n = 21) por parte de quem se dedica à prostituição sugerem que, por um lado, esta se deve à interferência dos/as polícias no trabalho sexual (n = 6) - “Penso que tem a ideia que polícia é sempre um obstáculo ao seu trabalho” (Q30, homem, 43 anos) e “Acho que elas pensam que só estamos ali para chatear e para lhe espantar a clientela, pois o objetivo dessas pessoas é facturar e connosco lá não dá” (Q33, homem, 37 anos). Por outro lado, a visão sobre a polícia é negativa porque as/os prostitutas/os têm medo dos agentes da lei (n = 4), como evidenciado pelos exemplos: “Têm receio, medo” (Q25, homem, 44 anos) e “receio de ser transportadas até às esquadras” (Q32, homem, 46 anos). Outros/as participantes mencionam características negativas que são atribuídas aos/às polícias por parte das/os prostitutas/os (n = 7) como: “Penso que vêm a polícia como os maus” (Q17, homem, 30 anos) e “O bicho mau” (Q27, homem, 35 anos). Há ainda outros/as inquiridos/as que inferem uma opinião negativa sem especificarem, tal como ilustrado pelo exemplo: “Acho que a ideia não é a mais brilhante” (Q14, homem, 56 anos).

Quanto aos/às participantes que acham que a visão sobre a polícia é positiva (n = 7) explicam que há uma maior compreensão por parte destes, mas também mais comportamentos de ajuda em relação a quem se prostitui, veja-se os seguintes exemplos: “recentemente, talvez de alguma maior abertura e de maior “confiança” em alguns elementos policiais” (Q7, homem, 40 anos) e “opinião geralmente positiva, pela proteção que muitas vezes lhes é conferida” (Q20, homem, 42 anos). Outros agentes falam que a opinião das/os prostitutas/os sobre as forças de segurança é uma de “indiferença pois se elas estiverem no seu canto os polícias não lhes criam qualquer obstáculo” (Q10, homem, 48 anos), daí posicionar-se esta resposta num grupo que não qualifica a polícia nem como positiva, nem como negativa (n = 2).

É ainda relevante referir, que há respostas (n = 2) que fazem uma diferenciação entre o presente e o passado, como ilustra o exemplo: “Atualmente já não é muito má, até pela formação profissional atual dos profissionais que está melhor do que anteriormente. No antigamente essas pessoas até eram perseguidas” (Q11, homem, 47 anos). O que denota



uma percepção sobre mudanças nos comportamentos dos/as polícias em relação a quem se prostitui com o passar dos anos.

## ***Discussão e Conclusões***

Através da análise de conteúdo feita às respostas dos participantes deste estudo é possível inferir algumas das representações sociais que os/as polícias têm sobre a prostituição e os seus atores, sendo que este constituía o primeiro objetivo deste trabalho. Constatou-se que as representações são no seu conjunto, ainda, predominantemente negativas, apesar dos/as próprios/as agentes afirmarem que se tem verificado uma mudança tanto na opinião como nos próprios comportamentos. O que está concordante com dados obtidos por Oliveira (2011b) no seu trabalho com prostitutas.

É de salientar que as concepções que os/as polícias têm sobre quem se prostitui estão dependentes dos motivos que eles julgam que levaram essa pessoa à actividade, como se pode perceber pela análise das questões relacionadas com a opinião dos agentes em relação a quem se prostitui. Apesar de não ser esta a pergunta, as respostas a estas questões revelaram-se essencialmente orientadas para os motivos que levam as pessoas a prostituírem-se e não tanto às suas características pessoais. Se esses motivos forem considerados como válidos pelo/a polícia, a pessoa que se prostitui é compreendida e desculpabilizada pelo/a agente. Mas se o/a polícia considerar que os motivos que levaram alguém a prostituir-se são, para si, fúteis ou injustificáveis, há uma culpabilização ou condenação moral de quem opta por essa atividade prostitutiva. Este tipo de resultados foi também verificado nos estudos de Baker (2007) e Maguire e Nolan (2011).

Relativamente às representações de que o recurso à prostituição se faz, principalmente, por dificuldades/necessidades monetárias, o que era visto como um fator desculpabilizante da escolha desta atividade como profissão, este dado vai ao encontro, igualmente, das conclusões dos estudos de Baker (2007) e Maguire e Nolan (2011). Estes autores referem ainda a prevalência do sentimento de pena em relação a quem se prostitui, que foi, também, o sentimento mais vezes assinalado no presente estudo.

Ainda relativamente aos sentimentos elencados é de salientar que são negativos na sua quase totalidade. A compreensão, que podíamos avaliar como uma atitude positiva dos/as polícias em relação às pessoas que se prostituem, surge apenas uma vez e sem outro posicionamento comparável.

Outro dado relevante que se verificou, foi que, apesar do cuidado que se teve na construção das perguntas para que fossem neutras no que respeita ao género, alguns dos inquiridos respondiam colocando os substantivos no feminino, como, por exemplo, escrevendo “prostitutas” ou “elas”. O que indica que os/as polícias associam a prostituição como sendo uma atividade das mulheres, havendo, mesmo, um participante a referir desconhecer homens na atividade, tal como relatado nos resultados.

No que diz respeito às diferenças encontradas na opinião sobre os homens e as mulheres que se prostituem - uma maior desculpabilização/compreensão e ambivalência para com as prostitutas em contraste com uma maior culpabilização em relação aos prostitutos - pode sugerir-se que estas resultam da influência da sub-cultura policial, pois, como defende Page (2007), esta impõe uma atitude rígida sobre os papéis dos homens e das mulheres na sociedade insinuando uma discriminação de género. Além de que, tal como se indicou no parágrafo anterior, a prostituição é associada pelos/as polícias às mulheres, o que pode levar a pensar numa relutância em pensar-se nesta atividade no masculino.

Quanto ao segundo objetivo deste trabalho, que dizia respeito às atitudes dos polícias enquanto agentes da lei relativamente a quem se prostitui, é possível agora compreender melhor estas dinâmicas. Dos resultados encontrados, salienta-se que os polícias assumem que as suas atitudes nem sempre são as melhores e admitem que algumas vezes discriminam os/as trabalhadores/as do sexo, quebrando, desta forma, o secretismo próprio da profissão, que condiciona os polícias a não falarem das suas atuações, principalmente quando podem ser avaliadas negativamente pela sociedade. Este dado é congruente com dados do estudo de Oliveira (2008), que contem relatos de prostitutas sobre o tratamento negativo por parte de alguns agentes policiais, mas que também admitiam, tal como os participantes do presente estudo, que as atitudes têm vindo a melhorar nos últimos anos.

Contudo, de acordo com o que é descrito no estudo de Oliveira (2008), as atitudes dos/as polícias nem sempre negativas, havendo relatos de interajuda e proteção das forças de segurança em relação a quem se prostitui. Tal está de acordo com dados dum estudo de Williamson *et al.* (2007) e em coerência com algumas das respostas dos/as inquiridos/as na presente investigação.

Com este estudo também foi possível perceber que a prostituição aparece, aos olhos das forças de segurança, muitas vezes, associada a crimes, podendo eventualmente gerar uma confusão quanto ao seu estatuto legal. Apesar de a maioria dos/as agentes de segurança pública ter mostrado um conhecimento correto relativamente à legislação, o conhecimento insuficiente da lei verificado num pequeno número de polícias, pode conduzir a erros na sua intervenção em situações que não são verdadeiramente crime. Deste modo, acha-se, útil a existência duma formação contínua dos agentes no que concerne estas questões, pois as leis sofrem alterações e isso pode afetar a forma como têm que desempenhar a sua função.

Mas é preciso perceber que o estatuto da prostituição ainda é um pouco obscuro, uma vez que é despenalizada mas não é legal, nem aceite como uma profissão, o que pode criar alguma confusão em quem interage com ela. Talvez também por isso, a maioria das polícias deste estudo defenda que a prostituição deva ser legalizada, argumentando que traria benefícios para quem a pratica, mas também para a própria sociedade. Para tal, os/as polícias propõem a implementação de regras, como a legalização de locais específicos ou o controle sanitário, o que se pode comparar com a forma como a prostituição foi regulada entre 1853 e 1962, período do regulamentarismo em Portugal.

Considera-se que esta conclusão de que a atividade prostitutiva deve ser legalizada tem grande importância, pois se os próprios representantes da lei propõem que a legislação relacionada com a prostituição sofra alterações, talvez esteja na altura de se ponderar fazer uma revisão da mesma no sentido de dar a estes/as trabalhadores/as a proteção e os direitos que lhes são negados.

Apesar de alguns autores (Dempsey & Frost, 2008; Herbert, 1998; Page, 2007; Woody, 2005) referirem a importante influência da sub-cultura policial na forma como os polícias respondem a diferentes situações, falando numa homogeneidade de resposta nos indivíduos que partilham esta sub-cultura, neste trabalho não foi possível perceber-se se há, efetivamente, esta influência. Por um lado, porque este não era o seu objetivo, e por outro, porque há alguma variabilidade de respostas que coloca em causa essa premissa de homogeneidade. Logo, um aprofundamento do estudo desta temática seria útil para perceber as suas dinâmicas e variantes.

Recupera-se, agora, a teoria do interaccionismo simbólico, brevemente explicada no início deste trabalho, que refere que o comportamento humano depende do significado

dado a certas coisas pelos indivíduos, significado esse que vai ser assimilado pelo sujeito através dum processo interpretativo ao contactar com essas mesmas coisas (Blumer, 1986 citado em Oliveira 2011), para olhar os resultados obtidos nesta investigação.

À luz desta teoria, e considerando que os/as polícias partilham das representações sociais negativas sobre a prostituição, a sua interação com quem se prostitui (ou com elementos do mundo da prostituição) será, com grande probabilidade, desde logo negativa, pois os significados dados pelos agentes a esta atividade e às pessoas que a ela se dedicam serão negativos. Isto, associado com eventuais experiências negativas nos contactos com as pessoas que se prostituem, no âmbito do seu trabalho, irá influenciar encontros futuros, que serão vistos de modo desfavorável por antecipação, mesmo antes de ocorrerem efetivamente. Ou seja, estando o/a polícia rodeado de influências negativas em relação à prostituição, tal terá efeito na forma como irá agir quando se confrontar com essa realidade. Se, pelo contrário, os encontros entre ambos os grupos forem positivos, a opinião dos polícias poderá refletir essa circunstância.

No caso deste trabalho, o que se verificou foi uma visão maioritariamente negativa por parte dos agentes em relação a quem se prostitui, o que é indicativo de que, tanto no ambiente de policiamento, como na sociedade em geral, ainda existem muitas opiniões contrárias a esta atividade. Tal dado, parece contradizer o resultado que mostra que a maioria dos/as polícias é a favor da legalização da prostituição, o que sugere a sua maior aceitação por parte dos agentes das forças de segurança.

Para finalizar, refere-se a necessidade de maior exploração deste tema, aprofundando o estudo e acrescentando outras questões que se possam achar pertinentes. Considera-se ainda, que este trabalho teria beneficiado se tivesse sido alargado a um maior número de participantes, mas também a diferentes regiões do território português.

Espera-se, contudo, que este estudo permita perceber melhor as interações polícia/prostituição e que suscite, ainda, um desejo de aprofundar estas questões. Mesmo assim, espera-se que este estudo tenha dado um contributo válido para uma melhor compreensão das interações dos/as polícias com a prostituição e, ainda, que suscite um desejo de maior aprofundamento destas questões.

## ***Bibliografia***

- Abbott, S. (2010). Motivations for pursuing a career in pornography. In Weitzer, R. (Ed.). *Sex for Sale: prostitution, pornography and the sex industry* (2<sup>a</sup> Ed.). New York: Routledge.
- Abric, J.(2001).. A structural approach to social representations. In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social* (pp. 39-47). Oxford: Blackwell.
- Almodovar, N. (2010), The consequences of arbitrary and selective enforcement of prostitution laws. *Wagadu: A Journal of Transnational Women's & Gender Studies*, 8, pp. 241-257
- Amorim, M. (2012). *Violência policial e utilizadores de drogas: um retrato construído a partir de três discursos*. (Tese de Mestrado Integrado), Porto: FPCEUP.
- Anderson, M. & Taylor, H. (2011). *Sociology: the essentials* (6<sup>a</sup> Ed.). Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.
- Barker, C., Pistrang, N. & Elliott, R. (2002). *Research Methods in Clinical Psychology An Introduction for Students and Practitioners* (2<sup>a</sup> Ed.). USA: John Wiley & Sons, Ltd.
- Baker, L. (2007), Undercover as sex workers: the attitudes and experiences of female vice officers. *Women and Criminal Justice*, 16(4), pp. 25-41.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Ltd.
- Baumeister, R. & Bushman, B. (2011). *Social Psychology and Human Nature* (2<sup>a</sup> Ed.). Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.
- Berg, B. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Boston: Allyn & Bacon
- Britz, M. (1997), The police subculture and occupational socialization: exploring individual and demographic characteristics. *American Journal of Criminal Justice*, 21(2), pp. 127-146.
- Cappelle, M. & Melo, M. (2010), Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), pp. 71-99.
- Carlan, P. & McMullan, E. (2009), A contemporary snapshot of policewomen attitudes. *Women and Criminal Justice*, 19(1), pp. 60-79.

- Carvalho, S. (2010). *Fontes de stress e estratégias de confronto associadas à carreira profissional dos agentes da polícia de segurança pública*. (Tese de Mestrado Integrado), Porto: FPCEUP.
- DeLamater, J. (2000). Attitudes. In E. Borgatta & R. Montgomery (Eds.), *Encyclopedia of Sociology* (2ªEd.) (pp. 184-192). New York: Macmillan Reference USA.
- Dempsey, J. & Frost, L. (Eds.). (2008). *Police introduction to policing: student edition*. New York: Delmar, Cengage Learning.
- Ditmore, M. (2006) *Encyclopedia of Prostitution and Sex Work*. London: Greenwood Press.
- Fernandes, L. & Carvalho, M. (2000), Por onde anda o que se oculta\_o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do snowball. *Revista Toxicodependências*, 6(3), pp. 17-28.
- Ferrante, J. (2011). *Sociology: a global perspective, enhanced* (7ª Ed.). Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.
- Giacopassi, D. & Sparger, J. (1991), Cognitive dissonance in vice enforcement. *American Journal of Police*, 10(2), pp. 39-52.
- Giddens, A. (1996). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades Modernas*. Oeiras: Celta.
- Gould, L. (2000), Longitudinal approach to the study of the police personality: race/gender differences. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 15(2), pp. 41-51.
- Gould, L. & Volbrecht, M. (1999), Personality differences between women police recruits their male counterparts and the general female population. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 14(1), pp. 1-18.
- Guidroz, K. & Rich, G. (2010). Commercial telephone sex: fantasy and reality. In Weitzer, R. (Ed.). *Sex for Sale: prostitution, pornography and the sex industry* (2ª Ed.). New York: Routledge.
- Halter, S. (2010), Factors That Influence Police Conceptualizations of Girls Involved in Prostitution in Six U.S. Cities: Child Sexual Exploitation Victims or Delinquents? *Child Maltreatment*, 15(2), pp. 152-160.
- Herbert, S. (1998), Police subculture reconsidered. *Criminology*, 36(2), pp. 343-369.

- Kaiseler, M., Queirós, C., Passos, F. & Sousa, P. (2014), Stress appraisal, coping and work engagement among police recruits: an exploratory study. *Psychological Reports*, 114, pp.1-12.
- Lagarre, S. (2006), Policía, poder de policía y reparto de competencias en los Estados Unidos. *Derechos Humanos y Democracia*, 3, pp. 81-103.
- Loftus, B. (2010), Police occupational culture: classic themes, altered times. *Policing and Society*, 20(1), pp. 1-20.
- Maguire, M. & Nolan, T. (2011), Faux hos: woman police attitudes about decoy sex work. *Police Practice and Research*, 12(3), pp. 209-222.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística: com utilização do SPSS* (3ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo Ltd.
- Ministério da Administração Interna. Balanço Social da Polícia de Segurança Pública de 2012. Recuperado em 4 de Junho de 2014 de: <http://www.psp.pt/Documentos/%20Varios/Balanço%20Social%20da%20PSP%202012.pdf>
- Moscovici, S. & Duveen, G. (2001). *Social representations: explorations in social psychology* (ed.). Washington: New York University Press.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigação em psicologia social* (trad.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Neto, F. (1998). *Psicologia Social - Vol. I*. Lisboa: Universidade Aberta
- Nixon, K., Tutty, L., Downe, P., Gorkoff, K. & Ursel, J. (2002), The Everyday Occurrence: Violence in the Lives of Girls Exploited Through Prostitution. *Violence Against Women*, 8(9), pp. 1016-43.
- Oliveira, A. (2001). *Da prostituição ao trabalho sexual: atrizes, práticas e contexto, Tese de Mestrado*. Porto: FPCEUP.
- Oliveira, A. (2004a). *As vendedoras de ilusões: estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, A. (2004b), História jurídico-legislativa da prostituição em Portugal, *Revista do Ministério Público*, 98, pp. 145-156.
- Oliveira, A. (2004c), Características contextuais da prostituição de rua e do trabalho sexual de interior. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 44(1), pp.49-68.
- Oliveira, A. (2008). *O mundo da prostituição de rua : trajetórias, discursos e práticas : um estudo etnográfico, Tese de Doutoramento*. Porto: FPCEUP



- Oliveira, A. (2011a). *Andar na vida: prostituição de rua e reacção social*. Coimbra: Edições Almedina.
- Oliveira, A. (2011b), Trabalho sexual e vitimação. In Sani, A., *Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp.179-198). Coimbra: Edições Almedina.
- Page, A. (2007), Behind the blue line: investigating police officers' attitudes toward rape. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 22(1), pp. 22-32.
- Paoline, E. (2004), Shedding light on police culture: an examination of officers' occupational attitudes. *Police Quarterly*, 7(2), pp. 205-236.
- Pauw, I. & Brener, L. (2003), 'You are just whores - you can't be raped': barriers to safer sex practices among women street sex workers in Cape Town. *Culture, Health & Sexuality*, 5(6), pp. 465-81.
- Poeschl, G. (2003). Teoría de las representaciones sociales. In J. F. Morales & C. Huici (Eds.), *Estudios de Psicología Social* (pp. 439-466) .Madrid: UNED.
- Queirós, C., Kaiseler, M. & Silva, A. (2013), Burnout as a predictor of aggressivity among police officers. *European Journal of Policing Studies*, 1(2), pp.110-135.
- Rabe-Hemp, C. (2009), POLICEwomen or policeWOMEN?: doing gender and police work. *Feminist Criminology*, 4(2), pp. 114-129.
- Sanders, T. (2004), The Risks of Street Prostitution: Punters, Police and protesters. *Urban Studies*, 41(9), pp. 1703-1717.
- Silva, A. (2012). *Exaustão emocional, estratégias de motivação e desenhos de policiamento: um estudo longitudinal na polícia municipal do Porto*. (Tese de Doutoramento), Porto: FPCEUP.
- Silva, S. (2007), Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. *Análise Social*, 42(184), pp. 789-810.
- Silverman, D. (2000). *Doing Qualitative research: a practical handbook*. London: Sage publications Ltd.
- Strauss, A. (1998). *Basics of Qualitative Research* (2ª Ed.). London: Sage Publications Inc.
- Thomas, D. (Ed.). (2011). *Police Psychology: A new specialty, new challenges for men, women in Blue*. California: Praeger.
- Thomas, R. (2003). *Blending Qualitative and Quantitative Research Methods in Theses and Dissertations*. California: Corwin Press.

- Trojanowicz, R. (1971), The policeman's occupational personality. *The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 62(4), pp. 551-559.
- Van Maanen, J. (1972). *Observations on the making of policemen*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.
- Weiner, I. (Ed.). (2003). *Handbook Of Psychology* (Vol 05: Personality And Social Psychology). New Jersey: John Wiley & Sons Inc.
- Weitzer, R. (2009), Sociology of sex work. *Annual Review of Sociology*, 35, pp. 213-234.
- Weitzer, R. (Ed.) (2010). *Sex for Sale: prostitution, pornography and the sex industry* (2<sup>a</sup> Ed.). New York: Routledge.
- Williamson, C., Baker, L., Jenkins, M. & Cluse-Tolar, T. (2007), Police-Prostitute Interactions: Sometimes discretion, sometimes misconduct. *Journal of Progressive Human Services*, 18(2), pp. 15-37.
- Woody, R. (2005), The police culture: Research implications for psychological services. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36(5), pp. 525-529.

***Anexo: Tabelas com categorias/sub-  
categorias e exemplos de respostas***

Tabela 1. Ideias associadas à prostituição

Categoria	Exemplos de discurso	N
Mulheres	“Brasileira, Ucrânicas” (Q3, mulher, 49 anos); “Mulheres” (Q10, homem, 48 anos); “prostitutas” (Q4, mulher, 34 anos); “Meninas da vida” (Q17, homem, 30 anos)	9
Venda do corpo	“vendem o corpo” (Q9, homem, 44 anos); “Venda fácil do corpo” (Q8, homem, 53 anos)	11
Dinheiro	“pagamento em dinheiro” (Q7, homem, 40 anos); “fim monetário, sem olhar a meios” (Q8, homem, 53 anos); “Uma atividade exercida a troca de uma quantia monetária” (Q12, homem, 40 anos); “ganha dinheiro em troca de relação de cariz sexual” (Q30, homem, 43 anos); “dinheiro fácil” (Q18, homem, 41 anos); “vendem o corpo” (Q9, homem, 44 anos); “Venda fácil do corpo” (Q8, homem, 53 anos)	14
Sexo	“sexo” (Q10, homem, 48 anos); “Sexo - alguém que se dedica a vender sexo” (Q16, homem, 44 anos); “procura de sexo” (Q18, homem, 41 anos); “luxúria” (Q31, homem, 36 anos)	6
Sustento	“sustentarem a si, os familiares ou vícios” (Q3, mulher, 49 anos) “Atividade exercida para subsistência” (Q11, homem, 47 anos) “satisfazer algumas necessidades básicas da família” (Q21, homem, 35 anos)	5
Crime	“Ilegalidade” (Q2, mulher, 43 anos); “Exploração!” (Q26, homem, 51 anos)	3
Trabalho	“Trabalho” (Q24, homem, 40 anos); “A profissão mais antiga” (Q14, homem, 56 anos)	2
Ideias negativas gerais	“Degradação” (Q1, mulher, 48 anos); “sujeitarem-se a todo o tipo de clientes...” (Q4, mulher, 34 anos); “Tristeza pelos motivos que os/as leva a tal” (Q5, mulher, 52 anos); “Promiscuidade” (Q19, homem, 40 anos); “Vulgaridade” (Q23, homem, 44 anos); “miséria” (Q28, homem, 47 anos); “A falta de dignidade do ser humano por outro ser humano” (Q32, homem, 46 anos)	7

Tabela 2. Posicionamento sobre a legislação relativa à prostituição e justificação.

Categoria <sup>1</sup>	Categoria <sup>2</sup>	Sub-categoria	Exemplos de resposta	N
Proibição	Consequências Negativas	-	“comporta riscos transversais para a sociedade, doenças fatais sexualmente transmissíveis” (Q13, homem, 36 anos)	2
	Concepção imoral da actividade e seus atores	-	“não deixa de ser exploração” (Q2, mulher, 43 anos); “Degradante; desumana” (Q20, homem, 42 anos); “imoral” (Q2, mulher, 43 anos)	4
	Outros	-	“Deveria ser proibida e bem encaminhadas... tanto no tribunais como na acção social bem como nos serviços médicos” (Q32, homem, 46 anos)	2
Legalização	Benefícios para prostitutas	Fim da exploração	“deixar de existir “escravatura sexual” e abusos” (Q7, homem, 40 anos); “não haver a exploração” (Q15, homem, 52 anos); “terminar com o trafico humano” (Q24, homem, 40 anos)	5
		Melhorias na saúde	“as pessoas que o fazem poderiam ter acesso a consultar médicos” (Q30, homem, 43 anos); “mulheres ou homens que a pratiquem, teriam condições sanitárias” (Q11, homem, 47 anos)	10
		Segurança	“a situação que se vive agora é uma hipocrisia e que deixa as pessoas que se dedicam a esta prática mais desprotegidas” (Q16, homem, 44 anos); “conceder ao seus “profissionais” condições de segurança” (Q31, homem, 36 anos)	9
		Direitos laborais e outros direitos civis	“condições sociais como qualquer outra profissão” (Q11, homem, 47 anos); “descontos para a Segurança Social (...) para no futuro poderem ter uma reforma” (Q30, homem, 43 anos)	3
	Benefícios para a saúde pública e controlo das condições sanitárias e de higiene	-	“fiscalização sanitária” (Q5, mulher, 52 anos); “fiscalizada e controlada pelo serviço nacional de saúde” (Q22, homem, 51 anos); “deviam ter uma caderneta (passada pela Delegação Saúde)” (Q29, homem, 47 anos); “acabar com doenças, degradação e exposição nas ruas” (Q9, homem, 44 anos)	14
	Benefícios para o Estado (impostos)	-	“contribuições e impostos” (Q21, homem, 35 anos)	7
	Controlo da pessoas envolvidas	-	“Se houver casas próprias para a atividade, as autoridades conseguem controlar melhor as pessoas que estão envolvidas” (Q9, homem, 44 anos); “com regras claras e apertadas quanto a locais” (Q21, homem, 35 anos)	5
	Benefícios para clientes	-	“porque a actividade sexual é uma necessidade humana importante” (Q23, homem, 44 anos); “também para as pessoas que as procuram não correrem risco de saúde (contraírem doenças)” (Q30, homem, 43 anos)	2

Tabela 3. Opinião sobre as mulheres que se prostituem

Categorias	Exemplos de resposta	N
Desculpabilização/compreensão das mulheres	“Para chegaram a tal ponto de desespero só posso lamentar” (Q5, mulher, 52 anos); “A minha opinião é que a maioria delas, quase que são obrigadas a fazê-lo, em virtude da situação atual do País. Sendo que são quase escravizadas” (Q11, homem, 47 anos); “Em muitos dos casos, são mulheres que apenas procuram uma forma de sustentar a família” (Q26, homem, 51 anos)	11
Culpabilização das mulheres	“Acho que é pobreza de espírito, não acho uma profissão, acho apenas que é uma maneira de ganhar dinheiro rápido.” (Q6, mulher, 44 anos); “As mulheres que optaram por uma vida mais fácil” (Q14, homem, 56 anos); “Por norma são mal educadas e só criam problemas” (Q17, homem, 42 anos); “Preferem ganhar dinheiro a fazer isso do que a cumprir horário num qualquer local de trabalho vulgar” (Q18, homem, 41 anos)	8
Ambivalentes	“Pena - daquelas que por consequências da vida as levaram para a prostituição. Desprezo - por aquelas que o fazem por dinheiro, e não quererem trabalhar.” (Q4, mulher, 32 anos); “Na minha opinião são pessoas com dificuldades financeiras, ou querem ter um nível de vida que com um ordenado normal não teriam” (Q15, homem, 52 anos); “Há as que o fazem por necessidade, as que o fazem porque é dinheiro fácil e aquelas que o fazem como complemento de um estilo de vida mais elevado” (Q24, homem, 40 anos)	12

Tabela 4. Opinião sobre os homens que se prostituem

Categorias	Exemplos de resposta	N
Desculpabilização/compreensão dos homens	“ Os homens por si só, dedicam mais tempo ao sexo. Mesmo os que se encontram casados e com família, procuram sempre mulheres. Logo é muito mais fácil como homem dedicar-se à prostituição” (Q4, mulher, 34 anos); “Para chegaram a tal ponto de desespero só posso lamentar” (Q5, mulher, 52 anos); “Pessoas! Visto que a maior parte delas não gosta daquilo que faz. Muitas entraram nesse mundo por necessidades que nem sonhamos.” (Q7, homem, 40 anos)	7
Culpabilização dos homens	“ São pobres de espírito e querem dinheiro «fácil»” (Q1, mulher, 48 anos); “São homens que cedem ao facilitismo para ganharem dinheiro” (Q13, homem, 36 anos); “São uns “fracos” de personalidade” (Q32, homem, 46 anos)	14
Ambivalentes	“São pessoas desesperadas ou ambiciosas demais que se sujeitam a esta actividade para sustentar consumos que o trabalho normal remunerado não lhes permite.” (Q2, mulher, 43 anos); “Há os que o fazem por necessidade, os que o fazem porque é dinheiro fácil e aqueles que o fazem como complemento de um estilo de vida mais elevado” (Q24, homem, 40 anos)	7

Tabela 5. Opinião sobre os clientes da prostituição

Categoria	Sub-categoria	Exemplos de resposta	N
Caraterísticas negativas do cliente	-	“Desajustados e incapazes de relacionamentos saudáveis” (Q1, mulher, 48 anos); “Desprezáveis e sem qualquer valor moral” (Q2, mulher, 43 anos); “«porcos»” (Q6, mulher, 44 anos); “Não tem personalidade” (Q32, homem, 46 anos); “São pessoas descompensadas” (Q11, homem, 47 anos)	9
Causadores/agentes da prostituição	-	“Que se eles não existissem haveria menos. A procura faz com haja mais oferta.” (Q5, mulher, 52 anos); “São pessoas que procuram sexo e atenção” (Q24, homem, 40 anos); “As pessoas que recorrem, é por ter sexo fácil, por fetiche” (Q29, homem, 47 anos)	2
Neutralidade/ Não julgamento	Normalização do comportamento e da pessoa	“satisfazer necessidades fisiológicas” (Q4, mulher, 34 anos); “necessidade de própria natureza” (Q14, homem, 56 anos); “São pessoas que por alguma razão pretendem um serviço prestado por outrem, como as massagens ou cabeleireiros” (Q31, homem, 36 anos); “Acho que são pessoas normais, pelo que não tenho mais a dizer” (Q27, homem, 35 anos)	20
	Neutralidade/ não julgamento	“Cada um é livre para fazer o que quer” (Q4, mulher, 34 anos); “Não critico, nem apoio” (Q9 homem, 44 anos); “Acima de tudo é uma opção de cada um” (Q19, homem, 40 anos); “Uma pessoa vende outra compra (bens ou serviços)” (Q33, homem, 37 anos)	6

Tabela 6. Situações de contacto com pessoas prostitutas no exercício da sua atividade

Categoria	Sub-categoria	Exemplos de resposta	N
Crimes	Contra prostitutas	“Ameaças dos clientes e brutalidade e casos de proxenetismo de forma violenta” (Q22, homem, 51 anos)	3
	Contra Clientes	“ Uma em que a prostituta foi com um cliente para uma pensão e a meio fugiu com 100€. A mesma já havia, em outras alturas furtado o idoso.” (Q4, mulher, 34 anos)	1
	Ambos	“Por várias ocasiões contactamos com quem se prostitui e com quem procura os serviços, normalmente quando uma parte ou outra agredida e/ou burlada” (Q21, homem, 35 anos)	1
Patrulhamento / Operações STOP	-	“Por vezes em operações STOP intervimos com carrinhas, que transportam prostitutas para bares de alterne, onde verificamos se estão legais no país e nada mais” (Q9, homem, 44 anos)	6
Identificação e condução à esquadra	-	“no serviço profissional, para as identificar, transportava-as à esquadra e mandava-as ter cuidado com as doenças e com o tipo de clientes «tarados»” (Q6, mulher, 44 anos)	1
Queixas contra prostitutas	-	“reclamação dos moradores de uma determinada zona, por esta prática ocorrer à porta de suas casa...” (Q16, homem, 44 anos)	1
Colaboração das prostitutas com a polícia	-	“Contactos acima de tudo para obter informações” (Q19, homem, 40 anos)	1



Tabela 7. Percepção sobre as situações mais frequentes de contacto com pessoas prostitutas no exercício da actividade de polícia.

Categoria	Exemplos de resposta	N
Prostitutas associadas a violações da lei	“prostitutas ligadas ao consumo ou tráfico de droga” (Q23, homem, 44 anos); “se encontram no nosso País ilegais e que se prostituem” (Q10, homem, 48 anos); “estrangeiras ilegais” (Q22, homem, 51 anos)	6
Prostitutas como vítimas	“são agredidas e roubadas por “clientes” ou em que são vítimas de v. doméstica” (Q20, homem, 42 anos)	3
Testemunhas	“Situações relacionadas com ocorrências na rua que foram presenciadas por elas” (Q19, homem, 40 anos)	1
Não se consegue apurar o papel das prostitutas	“agressões, violência doméstica” (Q17, homem, 30 anos); “Ocorrências de distúrbios, agressões” (Q7, homem, 40 anos)	3
Situações não criminais	“Como agente de PSP; identifica-las para ter um ficheiro” (Q29, homem, 47 anos); “controle de licenças de utilização para espaços de diversão noturna” (Q24, homem, 40 anos)	6

Tabela 8. Percepção sobre as atitudes dos/as polícias em relação às pessoas que se prostituem

Categoria	Exemplos de resposta	N
Imparcial	“Tratam estes casos com profissionalismo e respeito, mas não passa de um serviço de polícia no encaminhar destas pessoas para apoio para outras Instituições de às mulheres” (Q3, mulher, 49 anos); “Normalmente como qualquer outro cidadão. São tratadas de igual modo” (Q11, homem, 47 anos)	10
Indiferente	“Hoje em dia penso que há alguma indiferença por parte da polícia” (Q8, homem, 53 anos); “Talvez alguma indiferença” (Q9, homem, 44 anos); “outros passa-lhe ao lado” (Q32, homem, 46 anos)	9
Atitudes positivas	“Dum modo geral acho que compreendidas e bem toleradas, às vezes até uma ajuda no âmbito do serviço policial” (Q22, homem, 51 anos); “a polícia tem manifestado uma maior preocupação para com elas (pessoas)” (Q7, homem, 40 anos); “Depende da razão porque se prostituem, existem aqueles que se prostituem por motivos de necessidade de sustento familiar, que justifica e merecem a compreensão” (Q2, mulher, 43 anos)	7
Atitudes negativas	“Grande parte dos colegas reage de forma agressiva, com desprezo a solicitação das mesmas” (Q4, mulher, 34 anos); “Pelos poucos exemplos que me têm chegado não são as mais corretas” (Q5, mulher, 52 anos); “A atitude dos polícias em relação a este fenómeno julgo que tem nojo, desprezo, vergonha” (Q12, homem, 40 anos)	14

Tabela 9. Percepção sobre a opinião das/os prostitutas/os em relação à polícia

Categoria	Sub-categoria	Exemplos de resposta	N
Opinião negativa da polícia	Interferem com o trabalho/repressão	<p>“Que somos uns chatos, por não as deixarmos ficar muito tempo no mesmo sítio” (Q4, mulher, 34 anos)</p> <p>“Julgo que as pessoas que se prostituem sentem que estamos ali para espantar a clientela, prejudicando assim o negócio” (Q12, homem, 40 anos)</p> <p>“Vêm os polícias como alguém que quando por perto lhes estraga o negócio” (Q16, homem, 44 anos)</p>	6
	Medo	<p>“Penso que têm uma opinião de medo” (Q10, homem, 40 anos)</p> <p>“Tem receio, medo” (Q25, homem, 44 anos)</p>	4
	Associação de características negativas aos polícias	<p>“se foram transportadas a esquadra para serem identificadas ou punidas acham as forças de segurança incompetentes, desumanas &lt;&lt;más&gt;&gt;” (Q6, mulher, 44 anos)</p> <p>“imagem agressiva, de falta de compreensão, abuso” (Q7, homem, 40 anos)</p> <p>“Oportunistas, abusadores, autoritárias e arrogantes” (Q23, homem, 44 anos)</p>	7
	Outras	<p>“Numa fase inicial como pessoas a evitar” (Q3, mulher, 49 anos)</p> <p>“Penso que não será das melhores” (Q5, mulher, 52 anos)</p> <p>“Quando falamos de prostituição de pessoas com dependências fortes aí a opinião é má” (Q24, homem, 40 anos)</p>	4
Visão positiva da polícia como protectora e fonte de ajuda	-	<p>“Devem ser várias como o resto da sociedade, se ja foram interceptadas em seu favor acham as forças de segurança competentes e capazes” (Q6, mulher, 44 anos)</p> <p>“alguém que lhes pode proporcionar alguma segurança” (Q16, homem, 44 anos)</p> <p>“algumas amizades (no sentido de serem quem nas situações de insegurança as poderá ajudar)” (Q31, homem, 36 anos)</p>	7
Nem positiva/nem negativa	-	<p>“indiferença pois se elas estiverem no seu canto os polícias não lhes criam qualquer obstáculo” (Q10, homem, 48 anos)</p> <p>“Se estivermos a falar de uma prostituição limpa, clara, tem uma opinião normal” (Q24, homem, 40 anos)</p>	2